

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CAEd- CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

MARIA EPIFANIA DE FRANÇA GALVÃO VALENÇA

AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO AMPLIAÇÃO
DA JORNADA PEDAGÓGICA

JUIZ DE FORA

2013

MARIA EPIFANIA DE FRANÇA GALVÃO VALENÇA

**AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO
AMPLIAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA**

***Orientador: Profº Dr. Manuel Palácios da Cunha e
Melo***

JUIZ DE FORA

2013

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

VALENÇA, Maria Epifania De França Galvão.
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL : UM ESTUDO SOBRE O PROJETO
AMPLIAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA / Maria Epifania De França Galvão VALENÇA. -- 2013.
77 f.

Orientador: Manuel Fernando Palácios da Cunha e MELO
Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

1. Avaliação externa. 2. Aprendizagem. 3. Gestão. 4. Monitoramento. I. MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e , orient. II. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA EPIFANIA DE FRANÇA GALVÃO VALENÇA

**AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: UM ESTUDO SOBRE O PROJETO
AMPLIAÇÃO DA JORNADA PEDAGÓGICA**

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora designada pela equipe de
Dissertação do Mestrado Profissional CAEd/ FAGED/ UFJF, aprovada em
__/__/__.*

Prof. Dr. Manuel Palácios da Cunha e Melo

Prof. Dra. Lina Katia de Mesquita Oliveira

Prof. Dra. Juliana Alves Magaldi

Juiz de Fora, 30 de outubro de 2013

Dedico este trabalho ao meu pai João (*In memoriam*) porque sei que ele estará feliz com o meu sucesso.

A minha mãe Olga, pela dedicação, luta e amor incondicional para com os oito filhos.

Ao meu esposo Paulo e aos meus filhos Joca e Lula, pelo incentivo, carinho e paciência que tiveram comigo durante essa jornada.

Agradecimentos:

A Deus por minha existência.

Ao meu querido orientador professor Doutor Manuel Palácios por ter me aceito como orientanda contribuindo enquanto mestre, com seus valiosos ensinamentos, para a minha trajetória profissional. E, pelo carinho, apoio, amizade e ajuda em todos os momentos de realização desse trabalho.

À professora e amiga Doutora Lina Kátia de Mesquita pelo incentivo, carinho, paciência, amizade, respeito, dedicação, e, pelas valiosas contribuições oferecidas em todos os momentos que busquei seu apoio.

À professora Eleuza que dedicou parte de seus afazeres em me ajudar a concluir esse trabalho com sua calma e competência.

A todos os professores do mestrado, que de alguma forma contribuíram para minha formação.

Aos meus queridos tutores pela dedicação, paciência, insistência, apoio, competência e, acima de tudo, compreensão nos momentos de sucesso e de angústias em toda a jornada do curso.

Aos colegas do mestrado, pela companhia, amizade e compreensão.

Aos amigos da GAMP que estimularam a vencer esse desafio, principalmente a Maria José que nos momentos de querer desistir me ajudou a levantar a cabeça e seguir.

À Secretaria Estadual de Educação e a Gerência Regional do Sertão do Alto Pajeú pela cessão dos dados para subsidiar minha dissertação, sem os quais não seria possível desenvolver as análises.

Aos familiares e amigos que sempre me incentivaram e apoiaram nessa jornada.

A todos vocês, os meus sinceros agradecimentos.

“Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina”

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem como objeto a análise do Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica-PAJP, da Gerencia Regional de Ensino do Sertão do Alto Pajeú, no Estado de Pernambuco, implantado a partir de duas vertentes: a política de modernização da gestão por resultados criada pelo Governo Estadual, e a necessidade de corrigir os baixos indicadores educacionais apresentados pela GRE nas avaliações externas. A hipótese básica é a de que o PAJP pode ter influenciado a elevação dos indicadores desta Regional, por comparação com as demais existentes no Estado. Uma análise de âmbito nacional mostrou que resultados positivos foram alcançados por programas semelhantes, como o PAIC no Ceará e o PIP em Minas Gerais. A conclusão desse estudo é a de que o PAJP deve ser aperfeiçoado, buscando maior integração entre agentes e instituições envolvidas na educação básica, tal como nos outros projetos mencionados, transformando-se em política de estado para as demais regionais de Pernambuco e integrando-se à política de bonificação desenvolvida pelo governo estadual.

Palavras Chave: Avaliação externa. Aprendizagem. Gestão. Monitoramento.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the Pedagogical Journey Extension Project - PAJP in Gerência Regional de Ensino (GRE) Sertão do Alto Pajeú in the State of Pernambuco , deployed from two aspects : the policy of modernization of management by results created by State Government , and the need to correct the low educational indicators presented by GRE in external evaluations . The basic hypothesis is that the PAJP may have influenced the rise of this Regional indicators in comparison with others existing in the State . A nationwide analysis showed that positive results have been achieved by similar programs such as PAIC and PIP, in Ceará and Minas Gerais. The results of the study pointed to the importance of increasing the PAJP to other GREs to contribute to reducing rates of school failure, turning it into a state policy , integrated to Bonus Educational Performance Policy of Pernambuco State.

Keywords : External Evaluation . Learning . Management . Monitoring

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

- ANA** – Avaliação Nacional de Alfabetização
- ANEB** – Avaliação Nacional da Educação Básica
- ANRESC**– Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
- BDE** – Bônus de desempenho Educacional
- CF** – Constituição Federal
- CTE** - Central de Tecnologia Educacional
- EF** – Ensino Fundamental
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- EM** – Ensino Médio
- ENEM** – Exame Nacional do Ensino Médio
- GAMP** - Gerência de Avaliação e Monitoramento das Políticas Educacionais
- GEIF** - Gerência de Políticas Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental
- GRE** – Gerência Regional de Ensino
- IDE** – Alfa – Índice de Desenvolvimento Escolar – Alfabetização
- IDEB** – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IDEPE** – Índice de Desenvolvimento Educacional de Pernambuco
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LDB** – LEI DE Diretrizes e Bases
- MEC** – Ministério de Educação e Cultura
- PAAE** – Programa da Aprendizagem Escolar
- PAIC** – Programa de Alfabetização na Idade Certa
- PAJP** – Projeto Ampliação da Jornada Pedagógica
- PE** – Pernambuco
- PIP** – Programa de Intervenção Pedagógica
- PMG** – Programa de Modernização da Gestão
- PNE** – Plano Nacional de Educação
- Proalfa** – Programa de Avaliação da Alfabetização
- PROEB** – Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica

SAD – Secretaria de Administração

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica

SAEP – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público

SAEPE – Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco

SEE – Secretaria de Educação Estadual

SEE-PE - Secretária de Educação do Estado de Pernambuco SEE-PE

SEPLAG - Secretaria de Planejamento e Gestão

SIMAVE – Sistema Mineiro de Avaliação

SMED- Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte

SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará

TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UNB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa do Brasil com os Sistemas próprios de Avaliação dos Estados

Figura 02 – Mapa de Pernambuco com as Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.

Lista de Quadros

Quadro 01: IDEB do Brasil, Nordeste e Rede Estadual de Pernambuco no período de 2005 a 2011

Quadro 02: Rendimento na Rede Pública Estadual de Pernambuco no período de 2008 a 2012

Quadro 03: Percentual de Alunos com Distorção Idade/Série em Pernambuco no período de 2008 a 2012 – Rede Estadual

Quadro 04: Percentual de Alunos com Distorção Idade Série em Pernambuco e na GRE do Sertão do Alto Pajeú – 2008-2012 – Rede Estadual

Quadro 05: Possibilidades de Profissionalização

Quadro 06: Síntese dos Programas de Intervenção Pedagógica

Quadro 07: Média do IDEPE de Pernambuco - Período de 2008 a 2012

Quadro 08: Médias do IDEPE das Gerências Regionais de Ensino - 2008 a 2012 – Rede Estadual

Quadro 09: IDEB da Rede Estadual de Pernambuco - Período de 2005 a 2011

Quadro 10: IDEB das Escolas da Gerencia Regional do Alto Pajeú – Período 2005 a 2011

Quadro 11: PLANO DE AÇÃO

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - O Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica desenvolvido pela Gerência Regional do Sertão do Alto Pajeú	17
1. Currículo do Ensino Fundamental em Movimento	19
2. Currículo, Educação a Distância, Tecnologia e Mídias	20
3. Currículo e Educação de Jovens e Adultos	20
4. Currículo e Diversidade	21
CAPÍTULO II - O Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica (PAJP) no Contexto das Políticas Educacionais de Combate ao Fracasso Escolar	31
1. As políticas de Intervenção decorrentes dos Sistemas de Avaliação	31
2. A proposta do PAJP – Programa de Ampliação da Jornada Pedagógica	46
CAPÍTULO III - Proposta de Intervenção	51
1. A influência do PAJP na melhoria dos indicadores educacionais	51
2. Plano de Ação para reestruturação do Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica (PAJP)	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
ANEXOS	65

INTRODUÇÃO

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 1985, e Pós Graduada no Curso de Especialização em Psicologia Cógica, pela mesma Universidade, em 1988. Iniciei minha trajetória profissional em 1978, como professora primária na rede privada de ensino e, em 1980, na rede pública municipal do Recife, onde, além de professora de Educação Infantil e de Jovens e Adultos, atuei como supervisora educacional e vice-dirigente.

Em 1988, ingressei na Rede Estadual de Pernambuco, como docente na Educação Infantil, Alfabetização, séries/ anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Atuei ainda como Supervisora das séries iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Atualmente estou na Gerência de Avaliação e Monitoramento das Políticas Educacionais (GAMP) da Secretária de Educação do Estado de Pernambuco (SEE-PE).

Minha trajetória profissional, seja no âmbito regional ou junto ao órgão central, esteve sempre pautada pelas questões da gestão educacional. As funções e cargos exercidos requisitaram constantemente definições em diferentes aspectos, fossem eles pedagógicos, administrativos ou financeiros. Desta forma, estive envolvida tanto na implementação de políticas educacionais nos sistemas onde atuei, quanto no debate de questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem e formação de professores.

Assim ocorreu que, no ano de 2000, coordenei a implantação do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE, criado com o objetivo de obter informações mais organizadas e precisas acerca do desempenho dos estudantes das escolas estaduais. Desde lá, venho exercendo a função de gerente de avaliação e políticas educacionais da Secretaria de Educação e acompanhando o comportamento dos indicadores educacionais do Estado de Pernambuco, que vem, ao longo do tempo, apresentando melhorias, embora ainda insipientes.

Foi justamente esse envolvimento com a gestão educacional, em particular com as questões relacionadas às avaliações externas e às políticas estabelecidas

a partir delas, que motivou o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Meu principal objetivo foi o de compreender mais profundamente as características, princípios e possibilidades da avaliação educacional como instrumento de gestão, a partir do qual são estabelecidas as políticas destinadas a melhorar a qualidade do ensino oferecido nas redes públicas de nosso país.

Como gestora da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, tive o privilégio de fazer o curso e, simultaneamente, acompanhar os resultados das avaliações e dos projetos realizados na nossa rede de ensino.

Nesse processo, destaca-se o desempenho da Gerência Regional do Sertão do Alto Pajeú, por seus bons resultados, tanto no Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) quanto no Sistema Nacional da Avaliação Básica e na Prova Brasil, quando comparada às demais regionais do Estado.

O que estaria na origem desse bom desempenho? O que poderia ter causado o diferencial apresentado pela regional, considerando que a clientela atendida nas escolas a ela vinculadas apresenta características socioeconômicas e culturais semelhantes às das outras regionais?

Ao investigar as ações desenvolvidas pela Regional do Sertão do Alto Pajeú, encontramos o Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica (PAJP), considerado pela gestora e demais técnicos da regional como um importante fator explicativo dos resultados alcançados.

No presente trabalho, pretendemos apresentar e discutir a proposta de intervenção realizada pela Regional do Sertão do Alto Pajeú, no período de 2008 a 2012, como estratégia de gestão desenvolvida para melhorar os resultados alcançados pelas escolas nas avaliações educacionais a que foram submetidas.

Inicialmente, no primeiro capítulo, descreveremos o cenário no qual o projeto foi criado, o seu objetivo e sua abrangência. Abordaremos a política de modernização da gestão pública estabelecida pela administração estadual de Pernambuco, onde podemos inserir a iniciativa do PAJP. Dando continuidade, destacaremos a importância dos resultados das avaliações educacionais na

perspectiva de subsidiar a formulação e implementação do PAJP. Apresentaremos também as informações coletadas sobre o planejamento, a organização e a vivência do PAJP.

No segundo capítulo discutiremos o PAJP como uma política destinada a combater o fracasso escolar, num contexto de realizações semelhantes realizadas em várias regiões do Brasil, como resposta aos resultados obtidos nas avaliações realizadas pelos sistemas estaduais de avaliação, criados em quase todos os estados brasileiros. Apresentaremos alguns projetos semelhantes realizados no país, relatando seus objetivos e os resultados alcançados, com a finalidade de fortalecer o debate das estratégias de gestão como o foco privilegiado do movimento de melhoria da escola pública brasileira.

No terceiro capítulo formularemos uma proposta de intervenção, com base no PAJP, na busca de contribuir para a melhoria dos indicadores educacionais do estado de Pernambuco. Utilizaremos para esta proposta os resultados alcançados pela Regional do Alto Pajeú nas avaliações estaduais (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco –SAEPE) e nacionais (Prova Brasil) nos últimos cinco anos. Verificada e analisada a eficácia do projeto nas escolas da Regional, apresentaremos o esboço de um plano de ação que terá como objetivo transformar o PAJP numa política de estado, alinhada às estratégias atualmente implementadas no Estado de Pernambuco.

Capítulo I

O Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica desenvolvido pela Gerência Regional do Sertão do Alto Pajeú.

A administração atual do Estado de Pernambuco iniciou-se em 2007, tendo sido reeleita para o período de 2011 a 2014. Sob o mote emblemático “Todos por Pernambuco” e mantendo alguns princípios da Reforma Administrativa realizada no governo anterior, este governo estabeleceu suas prioridades. Ampliou as ações da Secretaria de Planejamento, transformando-a em Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) destinada a coordenar o processo de desenvolvimento do Estado, planejamento plurianual, descentralização das ações governamentais e elaboração orçamentária.

O Plano de Governo para o segundo mandato reforçou as propostas de modernização da gestão pública e a realização de ações “baseadas nas necessidades reais de cada região, organizadas em um conjunto de metas monitorado regularmente pelo Governo – que cobra rigorosamente a sua execução e os seus resultados.”¹ Áreas estratégicas foram propostas para estruturar o trabalho da administração estadual: uma área de bens e serviços públicos, uma área reunindo “os eixos que configuram o modelo de desenvolvimento sustentável em implantação”² e uma área destinada à “estruturação e profissionalização da administração pública estadual, tornando-a capaz de gerar resultados para a sociedade através da entrega efetiva de bens e serviços, destacando a responsabilidade fiscal e o Modelo Integrado de Gestão”.³

Nos últimos anos, Pernambuco tem se destacado como o estado que teve os maiores avanços na sua economia, crescimento e investimentos em indústrias de grande porte tais como: estaleiro, refinaria de petróleo, fábrica de alimentos, montadora de automóvel, entre outros.

Esses investimentos acarretam novas responsabilidades com a qualificação profissional e, conseqüentemente, com o processo educacional dos

¹ O NOVO PERNAMBUCO - Melhor para Trabalhar, Melhor para Viver. O TRABALHO CONTINUA in http://psbpe.org.br/site-2010/wp-content/uploads/plano_governo2011-2014.pdf

² Idem

³ Idem

estudantes na perspectiva de oferecer oportunidades de ensino, que venham contribuir para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, bem como, a geração de emprego e renda para a população.

Nesse contexto, o Programa de Modernização da Gestão (PMG), que tem como pressuposto o aumento da eficiência da administração na arrecadação da receita, redução das despesas e aperfeiçoamento do gerenciamento de projetos, se torna a referência para todos os setores do governo, particularmente para a área da educação. O foco inicial do programa era acompanhar os resultados nas áreas de Segurança e, posteriormente, Educação e Saúde.

O processo se estabeleceu quando o gerente geral de Planejamento e Gestão reuniu servidores e ocupantes de cargos comissionados e funções gratificadas da Secretaria de Administração (SAD) para apresentar o funcionamento do programa, baseando-se no Modelo Integrado de Gestão e com foco nos principais objetivos do Governo, como o plano de metas específicas das secretarias; a qualidade dos serviços oferecidos e a melhoria da qualidade do gasto público. “É um processo dinâmico onde deve prevalecer a imparcialidade e justiça na hora de fazer a avaliação”, disse ele.⁴

Esta visão de administração por resultado teve início, na área educacional, em 2008. Foi estabelecido, como meta, o reordenamento da rede de ensino, processo que instaurou um modelo de relação direta entre o governo e a gestão das Gerências Regionais de Educação – GRE e das escolas. Tal reordenamento da gestão não ficou restrito à estrutura física e de pessoal, mas traduziu-se em ações pedagógicas destinadas a melhorar a qualidade da educação pública do estado e, conseqüentemente, melhorar os seus índices educacionais. Como referência, os índices resultantes do desempenho demonstrado pelos estudantes nas avaliações externas, considerados muito aquém das expectativas, como pode ser verificado no quadro abaixo:

⁴ Reunião no Centro de Convenções – Olinda PE – ano 2008

Quadro 01: IDEB⁵ do Brasil, Nordeste e Rede Estadual de Pernambuco no período de 2005 a 2011

Região/Unidade da Federação	Anos Iniciais				Anos Finais				Ensino Médio			
	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011	IDEB 2005	IDEB 2007	IDEB 2009	IDEB 2011
Brasil	3,9	4,3	4,9	5,1	3,3	3,6	3,8	3,9	3,0	3,2	3,4	3,4
Nordeste	2,9	3,3	3,7	3,9	2,6	2,8	3,0	3,1	2,7	2,8	3,1	3,0
Pernambuco	3,1	3,5	3,9	4,2	2,4	2,5	3,0	3,3	2,7	2,7	3,0	3,1

Fonte:MEC/Inep.com

Comparando os IDEBs do Brasil, Região Nordeste e Pernambuco, fica evidente o quanto a média do nordeste se distancia da média nacional e o mesmo comportamento pode ser observado em relação à rede estadual de Pernambuco.

Esta situação motivou um processo desafiador em busca das ações que pudessem garantir o acesso e a permanência das crianças na escola e melhorar a qualidade do ensino em Pernambuco. Muitos projetos foram desenvolvidos com objetivos específicos, como elevar as taxas de aprovação, corrigir a distorção idade-série e reduzir os níveis de abandono da escola.

Em relatório elaborado pela Gerência de Políticas Educacionais de Educação Infantil e Ensino Fundamental (GEIF), em 2010, observa-se o grande movimento realizado na rede estadual de ensino de Pernambuco na formação inicial e continuada dos seus professores a partir de 2007. Como foco das ações, a necessidade de melhorar a prática pedagógica nas diferentes modalidades de ensino oferecidas. Os projetos, segundo o relatório podem ser agrupados em três categorias:

1. Currículo do Ensino Fundamental em Movimento – Nesta modalidade incluem-se os projetos destinados à formação dos professores, da educação infantil às séries finais do Ensino Fundamental, incluindo a EJA. Em várias áreas do conhecimento, destacam-se os projetos em Língua Portuguesa e Matemática,

⁵ O IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - é um índice nacional, criado pelo INEP em 2005, aplicável a todas as regiões e todas as redes escolares brasileiras, destinado a medir o desenvolvimento educacional e permitir a formulação de políticas públicas de educação e estratégias pedagógicas eficazes e equitativas. É calculado a partir de dois componentes: a taxa de rendimento (aprovação) obtida a partir do censo escolar realizado anualmente e das médias de desempenho dos estudantes na Prova Brasil para o cálculo do IDEB das escolas e municípios e do SAEB para o cálculo do IDEB dos estados e do país. As notas do IDEB são apresentadas em uma escala de zero a dez.

como o Gestar II e Aprender Mais, realizados com a parceria do MEC, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade de Brasília (UNB). Projetos importantes foram também realizados nas áreas de Artes, Educação Física, Ciências Humanas e Naturais, Ciências da Natureza e Língua Inglesa. Foram beneficiados nesses projetos aproximadamente 14 mil professores.

2. Currículo, Educação a Distância, Tecnologia e Mídias – O Relatório agrupa nesta categoria os projetos de formação inicial de profissionais da educação e alunos, tais como a Universidade Aberta do Brasil, o Profucionário e Proformação, realizados em parceria com o MEC e o Telessalas/EJA, que surgiu a partir de convênios entre instituições públicas e privadas. Também participam desse conjunto de projetos, as ações praticadas por meio da Central de Tecnologia Educacional (CTE), ambiente pedagógico da escola destinado a apoiar a gestão escolar e os programas de formação continuada, utilizando as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), visando difundir a cultura tecnológica nas escolas. Incluem-se neste item os projetos desenvolvidos em parceria com o governo federal como o Proinfo Integrado, envolvendo os cursos Mídias na Educação, Gestão e Tecnologias na Educação e o Programa Pro UCA. Ainda nesta categoria, o relatório apresenta os projetos realizados para fortalecimento das bibliotecas escolares, tais como Biblioteca Escolar Informatizada e a Magia das Leituras; Pernambucolendo; Biblioteca como Espaço de Construção de uma Cultura da Paz; e o projeto Oi Todomundo, realizado em parceria com o MEC, Escola do Futuro da USP e o Instituto Oi Futuro, com o objetivo de promover a inclusão digital das comunidades. Estas ações atingiram mais de 25.300 profissionais da educação, não incluindo os graduados pela UAB.

3. Currículo e Educação de Jovens e Adultos - Neste item foram agrupadas as ações destinadas ao atendimento da população adulta do Estado de Pernambuco. Destacam-se o Projeto Gestar I e Brasil Alfabetizado, realizados em parceria com o MEC, além dos projetos subsidiados pelo governo do Estado, a exemplo do Educando para a Liberdade (educação prisional), Programa Mãe Coruja Pernambucana (atenção à mulher gestante e crianças na primeira infância) e Programa Chapéu de Palha (alfabetização dos canavieiros). Foram formados para atuarem nesses projetos aproximadamente 1600 professores.

4. Currículo e Diversidade - Nesta categoria encontram-se os projetos realizados em parceria com o governo federal – Projovem Campo e Escola Ativa. O primeiro, destinado aos jovens e adultos agricultores excluídos do sistema regular de ensino; o segundo visa desenvolver estratégias metodológicas para atendimento às salas multisseriadas das escolas rurais. Participaram da formação para atuar nestes projetos mais de 2800 educadores.

O relatório é uma demonstração clara do movimento realizado no Estado de Pernambuco, particularmente a partir do ano de 2007. Como resultado, observa-se que as ações produziram impacto positivo nos indicadores do Estado.

Os dois quadros seguintes apresentam o cenário da rede estadual de Pernambuco no que se refere ao rendimento (aprovação, e abandono) e a distorção idade-série no período de 2008 a 2012.

Quadro 2: Rendimento na Rede Pública Estadual de Pernambuco no período de 2008 a 2012

Ano	ENSINO FUNDAMENTAL						ENSINO MÉDIO		
	Taxa Aprovado		Taxa reprovado		Taxa Abandono		Taxa aprovado	Taxa de Reprovado	Taxa de Abandono
	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais			
2012	93,00	88,59	6,51	7,86	0,49	3,56	89,53	5,04	5,43
2011	86,94	77,51	10,70	15,94	2,35	6,52	78,24	10,36	11,37
2010	87,51	77,38	10,08	15,70	2,40	6,89	78,52	8,80	12,65
2009	85,01	71,49	11,85	18,90	3,12	9,58	74,77	9,45	15,74
2008	84,92	64,25	11,12	21,44	3,95	14,28	70,34	9,26	20,37

Fonte: Censo Escolar

Antes de analisar o quadro anterior, é importante destacar o que está sendo compreendido como taxa de aprovação e reprovação. A educação básica, no Brasil, compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. A inserção no Ensino Fundamental deve acontecer aos seis anos (1º ano) e a saída aos 14 anos (9º ano). Até os 17 anos o indivíduo deve concluir o Ensino Médio.

No entanto, essa trajetória, na maioria das vezes, não acontece de maneira regular, devido aos altos índices de reprovação que ocorrem no Ensino Fundamental e Médio.

Esta situação impacta diretamente no rendimento escolar (nas taxas de aprovação e reprovação). Ou seja, no percentual de alunos que conclui, com sucesso (aprovação) ou fracasso (reprovação), o ano letivo ou a etapa de escolarização no qual está matriculado. Há, ainda, outro fator decorrente dessa situação: as sucessivas reprovações geram um contingente de alunos com distorção idade-série, isto é, alunos que não concluem a etapa de escolarização correspondente à sua idade, conforme destacado anteriormente, criando um grande número de alunos com idade defasada em relação à série/ano em que está matriculado.

Por meio do Educacenso é possível acompanhar o movimento dessas taxas identificando a consistência nas informações da vida escolar dos alunos no que diz respeito à aprovação, reprovação e/ou abandono. Essas taxas são baseadas nas informações do movimento (transferência, infrequência e falecimento) e rendimento, que diz respeito à situação de sucesso ou insucesso do aluno, por matrícula, ao final do período letivo (aprovado e reprovado).

Analisando, então, o quadro anterior, pode-se observar que as taxas de aprovação vão melhorando ao longo dos anos, atingindo indicadores mais favoráveis em 2012. Entretanto, apesar da redução nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é ainda preocupante o número de alunos com distorção idade/série, como pode ser verificado no quadro seguinte:

Quadro 03: Percentual de Alunos com Distorção Idade/Série em Pernambuco no período de 2008 a 2012 Rede Estadual

Nível de Ensino	% Distorção				
	2012	2011	2010	2009	2008
Anos Iniciais	30,47	30,06	29,95	29,19	29,59
Anos Finais	38,12	40,01	41,03	41,20	40,89
Ensino Médio	44,36	49,11	54,04	53,25	50,71

Fonte: Censo Escolar

Diante dos números ainda elevados de alunos com baixa produtividade no sistema, as Gerências Regionais foram convocadas para que, de forma descentralizada, buscassem mecanismos de intervenções pedagógicas mais adequados às suas regiões, capazes de, em médio prazo, alterar o quadro educacional do Estado.

Esse ambiente provocado pelo PMG possibilitou maior autonomia para o desenvolvimento de programas educacionais que se adequassem às especificidades de cada regional. Em decorrência disso, as GREs propuseram ações distintas, visando atender as demandas relativas à melhoria dos indicadores educacionais.

Foi justamente neste contexto de avaliações, diagnósticos e propostas de mudança que a gestão da Regional do Sertão do Alto Pajeú, com base nos dados apresentados e preocupada com a sua própria situação em relação aos indicadores educacionais, implantou, no segundo semestre de 2008, com o apoio da Secretaria de Educação do Estado o Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica (PAJP). Verifica-se, no quadro seguinte, que a ação na Regional foi bastante eficaz.

Quadro 04: Percentual de alunos com distorção idade série em Pernambuco e na GRE do Sertão do Alto Pajeú – 2008-2012 – Rede Estadual

GRE	Anos Iniciais do Ensino Fundamental					Anos Finais do Ensino Fundamental					Ensino Médio				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Sertão do Alto Pajeú	20,8	17,6	14,9	12,7	15,0	33,1	31,1	31,6	29,8	27,6	43,1	43,6	46,6	41,2	33,2
Pernambuco	29,6	29,2	30,0	30,1	30,5	40,9	41,2	41,0	40,0	38,1	50,7	53,3	54,0	49,1	44,4

Fonte: Secretaria de Educação Estadual de Pernambuco

Mesmo com percentuais mais baixos que os do Estado, a GRE do Sertão do Alto Pajeú apresentava, em 2008, taxas bastante elevadas de alunos com distorção idade/série em todos os períodos escolares, o que indica pouca produtividade do sistema em garantir as condições de permanência dos estudantes na escola. Esses percentuais se reduzem ao longo do tempo, apresentando queda significativa no Ensino Fundamental e Médio.

O PAJP propunha estender o tempo escolar dos alunos e desenvolver estratégias de intervenção nas práticas de ensino dos professores, na perspectiva de elevar o desempenho dos estudantes especialmente dos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio. Estas etapas escolares encerram os ciclos de aprendizagens e são avaliadas pelo SAEPE e pela PROVA BRASIL e SAEB.

Para melhor compreender a melhoria da qualidade da aprendizagem dos estudantes em questão, é oportuno explicitar o que significam as políticas de avaliação e de metas estabelecidas, tanto no âmbito federal, quanto no governo do estado de Pernambuco.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990, intensificaram-se, no campo da educação, políticas voltadas para a avaliação dos sistemas de ensino. No caso do Brasil, a implantação do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) possibilitou o diagnóstico e a compreensão da lacuna existente entre a real situação da educação e aquela projetada através dos indicadores de qualidade da educação. Desse modo, o SAEB foi fundamental para fortalecer a cultura de avaliação nos sistemas de ensino do país quebrando resistências iniciais e gerando diagnósticos para a formulação de políticas públicas que contribuíssem para a qualidade da educação no Brasil.

Após sua consolidação, o SAEB, através da Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005, foi reestruturado em duas avaliações: (a) Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e (b) Avaliação Nacional de Rendimento Escolar (ANRESC).

A ANEB continuou com o mesmo desenho do SAEB enquanto avaliação amostral, avaliando as redes privada, federal, estaduais e municipais, com foco na gestão da Educação Básica. Já a ANRESC, conhecida como Prova Brasil, se propôs avaliar o Ensino Fundamental das escolas públicas de forma censitária, ou seja, abarcando todos os alunos matriculados na rede pública nas etapas de escolaridade avaliadas pela Prova Brasil, quais sejam, o 5º e o 9º anos do Ensino Fundamental, com se verá mais abaixo. Se o foco da ANEB (SAEB) é a gestão (o que explica seu caráter amostral), o foco da ANRESC (Prova Brasil) é a escola, visto que seus resultados podem ser experimentados por todas as escolas públicas do país, o que explica seu caráter censitário. Ambas avaliam os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática. A ANRESC avalia o rendimento escolar dos estudantes de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e a ANEB avalia além dos 5º e 9º anos do ensino fundamental, o 3º ano do Ensino Médio.

Muitos estados brasileiros iniciaram um movimento de criação de sistemas de avaliações estaduais em larga escala. E eles, Pernambuco em 2000, com a criação do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco – SAEPE, através de um convênio de cooperação técnica com a UNESCO.

O SAEPE foi criado com o objetivo de construir um diagnóstico da educação de Pernambuco para subsidiar os governos, estadual e municipal, as secretarias de educação e os técnicos na construção de políticas, programas e projetos que contribuíssem para a melhoria da qualidade da educação de Pernambuco.

Inicialmente, o SAEPE avaliou os estudantes de 2^a, 4^a e 8^a séries do Ensino Fundamental e do 3^o ano do Ensino Médio, nos componentes de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, com intervalo bienal. Sua abrangência envolvia todas as escolas das redes estadual e municipais. O critério para participar da avaliação era que a turma fosse composta de pelo menos cinco estudantes.

Vale salientar que o SAEPE sempre abrangeu as escolas rurais e turmas multisseriadas. Os resultados eram encaminhados aos secretários de educação das redes estadual e municipais, assim como a todas as escolas das duas redes de ensino, por meio de relatórios impressos, sendo um relatório sintético e outro analítico.

Em 2007, com a mudança de governo e com a implantação do Programa de Modernização da Gestão – PMG, o SAEPE foi reestruturado com a preocupação não só de melhorar o ensino e a aprendizagem dos estudantes pernambucanos, mas também de elevar os indicadores educacionais do estado.

A primeira iniciativa foi tomar a decisão de realizar o SAEPE anualmente. Ao mesmo tempo, firmou convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, por meio do Centro de Políticas e Avaliação da Educação – CAEd, para a realização de avaliações anuais que envolvessem uma forte estrutura de logística, de pesquisa, de divulgação e disseminação dos resultados dessas avaliações por todo o estado. A opção por esta instituição se deu em função da sua experiência

em avaliação institucional e do renome que a mesma mantém no cenário nacional e internacional.

Assim, o PAJP tem como premissa melhorar a qualidade da aprendizagem dos estudantes da região do Sertão do Alto Pajeú, e, conseqüentemente, elevar os indicadores educacionais, principalmente o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB e o Índice de Desenvolvimento Educacional de Pernambuco – IDEPE, considerados muito baixos e pouco convenientes às metas do Programa de Modernização da Gestão.

No segundo semestre de 2008 o Projeto foi implantado em 22 escolas das 43 pertencentes a Regional do Alto Pajeú. A escolha dessas escolas se deu por elas apresentarem, no IDEB 2005, uma média aproximada de 3,0, em uma escala de 0 a 10.

No ano seguinte, em 2009, o projeto se estendeu para o total de escolas pertencentes à Regional.

Embora não existam documentos estruturadores da implantação do projeto, observou-se que o planejamento das ações necessárias para o funcionamento do PAJP nas escolas foi coordenado pela GRE. O projeto contou, sempre, com a presença da gestora e sua equipe técnica na orientação geral, na construção de instrumentos didáticos, no acompanhamento das escolas e na estruturação da equipe de pessoal e do material didático.

Para implantação do PAJP, foram utilizadas três estratégias para recrutar os recursos humanos necessários ao projeto: i) contratação de dois professores novos para cada escola, sendo um de Língua Portuguesa e um de Matemática; ii) acréscimos de carga horária de professores da própria escola ou da rede de ensino; iii) utilização da carga horária excedente de professores lotados nas escolas da GRE do Alto Pajeú.

Na escolha dos professores para o projeto não houve um processo seletivo específico. Foi realizada a contratação temporária e/ ou aumento de carga horária dos professores de 1º ao 5º ano para atuarem nos anos iniciais do ensino fundamental. Para atender aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino

Médio, o mesmo procedimento foi utilizado para professores licenciados em Língua Portuguesa e Matemática.

Em algumas escolas, o projeto funcionava no contra turno escolar, por um período de duas horas de aula, em três dias da semana. Em outras escolas acontecia aos sábados. De acordo com as características das escolas e dos alunos, e a conveniência das famílias, definiu-se por uma das duas formas de funcionamento.

Conforme depoimento da gestora GRE, técnicos, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores envolvidos no projeto, havia reuniões sistemáticas para planejamento e monitoramento do PAJP, em núcleos estabelecidos em três municípios da regional: Afogados, Serra Talhada e São José do Egito. Todas as escolas participavam das reuniões por meio de seus representantes.

Por sua vez, a GRE também promovia reuniões envolvendo os técnicos da Regional, coordenadores pedagógicos, gestores escolares, professores de Língua Portuguesa e Matemática das escolas e professores contratados para atuar no PAJP.

As reuniões em todos os locais acima mencionados eram organizadas de acordo com temas específicos, baseados nas atividades desenvolvidas com os alunos.

Segundo o depoimento dos técnicos da GRE essas reuniões estruturaram um acompanhamento que incluiu formação continuada para os diferentes grupos participantes do projeto. Assim, professores especialistas em Língua Portuguesa e Matemática (alguns atuavam na Regional) ofereceram cursos e oficinas para os professores do nono ano do Fundamental e terceiro ano do Ensino Médio, tanto para os efetivos quanto para os contratados do projeto.

A equipe técnica da Regional, responsável pelo Projeto Alfabetizar com Sucesso⁶, encarregou-se da formação continuada destinada aos professores dos quintos anos do Ensino Fundamental, tanto efetivos quanto contratados.

⁶ Projeto acompanhado pela Fundação Ayrton Senna

As reuniões se multiplicaram por toda a rede, com o trabalho realizado por técnicos da GRE e coordenadores pedagógicos nas escolas que contavam com esse profissional. O objetivo era universalizar o projeto e garantir o envolvimento de todos os profissionais que atuavam nos períodos escolares avaliados.

Para orientar a ação pedagógica das escolas e enriquecer a dinâmica desenvolvida na sala de aula, as equipes da GRE construíram materiais didáticos e promoveram avaliações contínuas para monitorar o processo de aprendizagem desenvolvido pelos estudantes, em consequência do trabalho realizado no PAJP.

Em entrevista com a gestora da GRE, ela declarou que “acompanhava o trabalho realizado no PAJP, através dos resultados de cada bimestre, da frequência e do resultado final da estudante”(entrevista semi-estruturada realizada em 2012).

No depoimento dos professores em relação à dinâmica da sala de aula, observa-se que eles buscam tornar as aulas de reforço mais atraentes com a utilização de vários recursos materiais, merecendo destaque os recursos tecnológicos existentes nas escolas tais como: projetor de slides, data-show, computadores, transparências e alguns softwares. Também foram utilizados outros materiais como suportes: textos, jornais, revistas, xerox.

Tomando como base os conhecimentos propostos nas Orientações Curriculares de Pernambuco, nas Matrizes de Referência do SAEPE e SAEB, e nas Habilidades e Competências do ENEM, foram elaborados os cadernos suplementares de Língua Portuguesa e de Matemática, encadernados, com exemplares para os alunos e para os professores. O caderno do professor engloba orientações de atividades correspondentes a cada um dos componentes curriculares, detalhados pelos descritores das matrizes de referência das avaliações externas. A orientação formulada para os professores no Caderno de Atividades Suplementares para o Ensino Médio – Língua Portuguesa, exemplifica a metodologia utilizada no PAJP.

No caso da Matemática, o caderno com as orientações para os professores estabelece os passos para apresentação das sequências didáticas.

Os cadernos suplementares, conforme relato da gestora da GRE, foram produzidos pela equipe técnica da Regional Sertão do Alto Pajeú e encaminhados às escolas. Posteriormente, eles foram incorporados ao *Projeto Aprender Mais*, coordenado pela Secretaria de Educação e disponibilizados para todo o Estado.

Em cada unidade escolar, porém, procedeu-se à criação e produção de recursos didáticos variados, pelas próprias equipes de profissionais participantes do Projeto. De maneira geral, o projeto seguia as orientações para implantação emanadas da GRE, mas a dinâmica de cada escola se desenvolveu de maneira diversa, sem perder o propósito original do PAJP que era oferecer aos estudantes mais e melhores oportunidades de aprendizagens.

Esta autonomia que possibilitou a cada escola imprimir seu próprio dinamismo ao projeto originou experiências variadas que foram acompanhadas e relatadas pelos gestores. Em um depoimento, uma gestora escolar declarou ter iniciado o projeto em sua escola com uma reunião para sensibilização dos pais. É certo que um projeto que prevê o retorno das crianças e jovens à escola em dias e horário diferentes das suas aulas regulares requer uma participação das famílias e pode funcionar com maior sucesso se obtiver o apoio delas.

Sendo o PAJP uma resposta emergencial a uma situação avaliada como calamitosa pela administração estadual, o projeto foi implantado na sua primeira edição sem registros formais. Observa-se, entretanto, que a GRE, a partir de 2009, realiza um esforço para melhor estruturar as equipes de acompanhamento, tanto aquelas formadas por grupos de técnicos da Regional, quanto pelos profissionais da escola.

Em 2010 e 2011 cresce o número de profissionais envolvidos com o projeto e, ao final desses períodos letivos, a Regional apresenta uma proposta de reforço escolar para 2012, corroborando a importância da continuidade do Projeto iniciado em 2008.

Outra ação implantada no novo modelo de gestão por resultado foi a política de responsabilização junto às escolas, relacionada diretamente ao desempenho das mesmas, intitulada BDE. O BDE (Bônus de Desempenho Educacional) é um incentivo financeiro para os servidores das escolas que alcançaram a partir de 50% da meta estabelecida no Termo de Compromisso. O

valor da bonificação varia de acordo com o percentual da meta atingido pela escola, levando em conta o salário base do servidor e o tempo de serviço na unidade⁷.

Tal bonificação tem o objetivo de premiar as escolas que apresentassem a redução efetiva das taxas de repetência, evasão escolar, de analfabetismo, proporcionando às crianças e jovens uma educação voltada para a garantia do acesso e da permanência na escola.

Vale salientar que a redução das taxas de analfabetismo, repetência e evasão escolar, não se restringe apenas à responsabilização dos gestores e professores. Elas, entretanto, serão mais eficazes se acompanhadas de políticas sociais e educacionais que sejam implantadas principalmente nas regiões mais carentes.

⁷ A Nota Técnica com a explicação detalhada do cálculo do BDE está no anexo deste trabalho.

Capítulo II

O Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica (PAJP) no Contexto das Políticas Educacionais de Combate ao Fracasso Escolar

1. As políticas de Intervenção decorrentes dos Sistemas de Avaliação.

A universalização do acesso à educação fundamental foi o eixo norteador de todas as Conferências e Declarações universais que tiveram em vista a garantia dos direitos das pessoas, o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais. A educação torna-se o principal instrumento para a transformação social.

Neste sentido, desde a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* em 1948, tem-se o registro do compromisso mundial pelo direito de todos à instrução, como forma de acesso ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e, como consequência, o desenvolvimento econômico e social, e a manutenção da paz entre as nações.

Observa-se, entretanto, um movimento intenso a favor da educação, a partir do final dos anos 80 do século passado. O Brasil participa em 1990 da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, que resultou na Declaração de Jomtien, na qual ficou estabelecido que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”.⁸ E desse direito concretizado, serão construídas as bases para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade, em direção a um mundo mais próspero do ponto de vista econômico, social e cultural. Ao se constituir como um dos signatários desta Declaração, o Brasil assumiu o compromisso de universalizar o Ensino Fundamental no país, erradicar o analfabetismo e estabelecer políticas de promoção da equidade.

Além da conferência na Tailândia, o Brasil esteve entre os signatários de outras declarações resultantes de eventos que foram igualmente importantes para

⁸ Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar, Módulo I – Políticas Públicas Educacionais: Marcos Regulatórios.

fortalecer as políticas mundiais com vistas à justiça social e à igualdade de oportunidades. Entre elas podemos citar a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca em 1994, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – a “Rio 92”, que resultou em cinco documentos assinados pelos 172 países participantes. Em todos os eventos um ponto comum – educação de qualidade para todos - presente em todas as diretrizes estabelecidas para a construção de um mundo mais justo e sustentável.

Nas últimas décadas do século passado, acontecimentos e iniciativas importantes inauguram no Brasil um novo tempo para a educação. O declínio do regime ditatorial traz a tona o tema da democracia na gestão educacional e a importância da participação e da autonomia dos segmentos que compõe o campo da educação. Esse movimento resulta na promulgação da Constituição de 1988 que define no Art. 205 do Capítulo III, Seção I, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, e no Art. 206 estabelece, como princípios básicos sobre os quais será ministrado o ensino, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” e a “garantia de padrão de qualidade”.

Os princípios constitucionais mobilizam gestores, políticos, estudiosos e educadores dos sistemas de ensino. Garantir o acesso e a permanência das crianças e jovens na escola e reformar a educação no sentido de transformá-la num instrumento de promoção da igualdade e da justiça social, são as ideias fundamentais que alimentam, ampliam e reorganizam o debate educacional. Como resultado, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é aprovada. Com a LDB fica respaldado “o cumprimento da garantia do direito do cidadão à educação, assim como o dever de educar por parte do Poder Público e a definição de padrões mínimos de qualidade de ensino”.⁹ É importante ressaltar que o dever do Estado, a partir da Emenda Constitucional nº 59 que modifica o Art. 208 da Constituição Federal, estabelece como obrigatória a educação básica dos 4 aos 17 anos.

⁹ Idem, p. 16

A LDB institui a Década da Educação e propõe no seu art. 87, § 1º que “a União, no prazo de um ano a partir da publicação desta lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos”.¹⁰ No parágrafo 3º, inciso IV desse mesmo artigo, a LDB institui um “sistema nacional de avaliação do rendimento escolar”. Com isso, a União deve estabelecer um processo permanente de avaliação do desempenho dos alunos e das instituições e exercer o monitoramento dos indicadores educacionais.

Nos artigos 23 e 24 que tratam, respectivamente, da organização do ensino em "séries anuais, períodos semestrais, ciclos, grupos não seriados", etc. (Art. 23) e da verificação do rendimento escolar, a LDB abre as seguintes possibilidades:

- possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
- possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado (LDB art.24, inciso V, alíneas b e c).¹¹

A partir das possibilidades e aberturas oferecidas pela LDB, os sistemas de ensino tem procurado alternativas políticas e pedagógicas para aferir e melhorar os indicadores educacionais.

Os Planos Nacionais de Educação têm como principal objetivo estabelecer metas e eleger políticas destinadas a enfrentar os principais problemas diagnosticados nas avaliações da educação. Em meio a todo o movimento que instigou o debate das questões educacionais no final do século passado, não se pode ignorar o grande desenvolvimento dos processos de avaliação em larga escala, que veio justamente, criar, no país um sistema permanente de verificação e acompanhamento do desempenho escolar, conforme previsto na LDB.

No Brasil, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi instituído, em 1990, como Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público

¹⁰ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 in http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

¹¹ Prado, Iara Glória de Areias - LDB e Políticas de Correção de Fluxo Escolar, Em Aberto, Brasília, v.17, n.71, jan 2000

(Saep) de 1º Grau, primeira iniciativa, em escala nacional, para se conhecer o sistema educacional brasileiro em profundidade.

De 1995 a 2003 o SAEB avaliou, a cada dois anos, um grupo de escolas sorteadas em caráter amostral, produzindo resultados para o Brasil, para as Regiões e para as Unidades da Federação. Em 2005 foi implementada a Prova Brasil (Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC), aplicada aos alunos de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental nas redes públicas federal, estaduais e municipais, da área rural e urbana, em todas as escolas com, no mínimo, 20 alunos matriculados no período escolar avaliado. A partir do corrente ano, 2013, o SAEB passa a se constituir por três modalidades de avaliação: ANEB (Avaliação Nacional da Educação Básica) Prova Brasil e ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização).

A Prova Brasil produz resultados por escola, município, Unidade da Federação e Brasil, que são utilizados no cálculo do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. À medida que evoluem os programas de avaliação em nível nacional, também vão sendo criados os sistemas de avaliação nos âmbitos dos municípios e estados brasileiros.

Os estudos comparativos dos indicadores educacionais, as metas estabelecidas pelos Planos Nacionais de Educação e pelas políticas estaduais e municipais são responsáveis pelo surgimento de um grande número de projetos que tem como objetivo intervir na qualidade do ensino ofertado, reduzindo a desigualdade e melhorando os índices de desempenho dos alunos. Uma vez que o acesso à escola vai se universalizando em todas as modalidades do ensino, o desafio fundamental é garantir a permanência do aluno na escola. Para isso, os resultados alcançados deverão possibilitar a regularização do fluxo escolar e melhores níveis de proficiência dos alunos nas diversas áreas do conhecimento, em todas as etapas de escolarização.

Nos últimos anos, na maioria dos estados e municípios brasileiros, as políticas educacionais se voltam para estes objetivos. Com esse propósito são desenvolvidos projetos de intervenção na gestão escolar e nas práticas pedagógicas, bem como planos mais sofisticados para monitoramento dos resultados e políticas de responsabilização.

No Brasil, de norte a sul, 18 estados possuem seus sistemas próprios de avaliação, como pode ser observado no mapa seguinte:

Figura 01: Estados com sistemas próprios de avaliação



Fonte: CAEd/UFJF

Os sistemas próprios de avaliação informam os gestores e demais profissionais da escola sobre a evolução do desempenho dos alunos, de acordo com a escala de proficiência adotada em cada área do conhecimento, sempre com a possibilidade de estabelecer comparações com os resultados do município, do estado e do país. Além disso, a comunidade escolar pode compreender os resultados por meio da interpretação pedagógica das proficiências, o que auxilia no estabelecimento das políticas de intervenção, visando à melhoria dos indicadores.

Neste sentido, inúmeras propostas são desenvolvidas pelos sistemas de ensino. No âmbito da alfabetização, por exemplo, vários estados e municípios têm realizado ações voltadas para garantir aos alunos a aquisição das habilidades de leitura e escrita. As ações buscam garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas na idade certa (até os 8 anos) de acordo com a meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação e reafirmada no Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação, decreto nº 6094, de 24 de abril de 2007.

Um dos principais programas realizados no Brasil, com o objetivo de cumprir as metas da alfabetização é o PAIC – Programa de Alfabetização na Idade Certa, realizado no Estado do Ceará.

“O PAIC foi instituído pela Lei Estadual nº 14.026 e criou mecanismos de incentivo, reconhecimento e apoio aos municípios e suas escolas, baseados nos resultados aferidos pela avaliação externa realizada anualmente a partir de 2007. O circuito de ações que compõem o programa ancora-se em cinco eixos – Gestão Municipal e Escolar, Avaliação, Práticas Pedagógicas, Literatura Infantil e Educação Infantil – e mobiliza permanentemente uma rede de gestores, professores, técnicos e agentes políticos no sentido de promover o fortalecimento institucional de cada escola e alcançar as metas de aprendizagem das crianças de seis e sete anos¹²”.

O protocolo de intenções firmado entre Estado e municípios para o desenvolvimento do PAIC prevê um leque de ações variadas, envolvendo disponibilização e redimensionamento dos recursos priorizando a alfabetização, capacitação de equipe para acompanhamento do programa, novos critérios de seleção dos diretores escolares e procedimentos de estímulo aos professores, por meio da valorização e profissionalização docente. Está previsto também todo o apoio necessário para a implantação dos sistemas municipais de avaliação da aprendizagem das crianças e do desempenho docente, do plano de universalização do acesso das crianças de 4 e 5 anos à educação infantil, assim como para adoção de políticas de incentivo à leitura¹³ e escrita.¹⁴

Com a avaliação praticada no PAIC foi criado o Índice de Desenvolvimento Escolar – Alfabetização (IDE-Alfa) e com base nele estabeleceu-se um mecanismo de incentivo às escolas e professores, o Prêmio Escola Nota 10, que premia as escolas com melhores resultados na alfabetização, expressos pelo IDE-Alfa. O referido prêmio abrange até 150 escolas que tenham alcançado nota entre 8,5 e 10 e que atendam às condições de ter no mínimo 20 alunos matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental e 90% de participação no exame.

¹² Coelho, Maria Izolda Cela de Arruda et al. Rede de cooperação entre escolas: uma ação no âmbito do Programa de Alfabetização na Idade Certa, in Casos de Gestão: políticas e situações emblemáticas do cotidiano escolar brasileiro. Orgs: Manuel Palácios da Cunha e Melo (et al.) Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012

¹³ Idem

¹⁴ Idem

É concedido também apoio financeiro às 150 escolas que apresentaram os resultados mais baixos. Além disso, cada uma das 150 escolas premiadas assume o compromisso de colaborar e assessorar o grupo que apresentou maior dificuldade.

Estudos avaliativos do programa apontaram para uma sensível melhora nos resultados das escolas cearenses nas avaliações externas. Ao longo dos anos observou-se que o PAIC e o Prêmio Escola Nota 10 foram intervenções positivas no sistema educacional do Estado do Ceará, que tem apresentado índices de alfabetização cada vez melhores.

O Programa de Intervenção Pedagógica do Estado de Minas Gerais – PIP enquadra-se no grupo de políticas voltadas para as metas da alfabetização. O programa se constituiu com base nos resultados do Proalfa - Programa de Avaliação da Alfabetização, integrante do Sistema Mineiro de Avaliação (SIMAVE), do qual também fazem parte o Programa de Avaliação da Rede Pública da Educação Básica (Proeb) e o Programa da Aprendizagem Escolar (PAAE).

O Proalfa teve início em 2005 com uma avaliação amostral dos alunos do 3º ano do ciclo inicial de alfabetização. A necessidade de obter informações mais detalhadas, principalmente aquelas relativas às dificuldades apresentadas pelos alunos com baixo desempenho, exigiu uma reformulação no programa. Atualmente, o Proalfa avalia de forma censitária os alunos do 3º ano e aqueles que apresentaram baixo desempenho no ano anterior. Mantém a avaliação amostral para os alunos do 2º e 4º anos do Ensino Fundamental. “Os resultados da avaliação censitária são nominais, o que permite acompanhar e fazer intervenções pedagógicas de acordo com o desenvolvimento de cada aluno. As avaliações amostrais, por sua vez, permitem fazer um monitoramento da evolução das aprendizagens prévias dos alunos ainda no começo dos anos iniciais e, se for o caso, redefinir ações mais globais para corrigir os rumos do processo pedagógico para garantir o sucesso do percurso escolar dos alunos.”¹⁵

¹⁵ Simões, Maria Inez Barroso - O PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PIP – Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012

A possibilidade de identificação dos alunos, aliada ao acompanhamento daqueles que apresentaram baixo desempenho garantiram as condições para o projeto de intervenção desenvolvido em Minas Gerais a partir de 2008. Inicialmente o PIP foi desenvolvido como projeto piloto, delineado por uma equipe da Secretaria de Estado de Minas Gerais para assessorar as Superintendências Regionais de Ensino do norte do Estado que apresentaram resultados muito baixos no Proalfa.

O desenvolvimento desse trabalho de oferecer suporte técnico às escolas dessas regionais abrangeu uma série de atividades direcionadas ao processo de ensino e aprendizagem, envolvendo inclusive visitas às escolas para reuniões com diretores, professores e especialistas para analisar os resultados do Proalfa. Com base nos dados, construía-se um projeto para ser aplicado na sala de aula com o objetivo de sanar as principais dificuldades apresentadas pelos alunos. Todo o processo era devidamente acompanhado e avaliado pelas equipes das escolas e das superintendências regionais.

A intervenção prática permitiu uma visão detalhada e privilegiada dos principais problemas a enfrentar para atingir as metas da alfabetização, o que resultou na constituição de um projeto de intervenção que, em 2008, foi instituído oficialmente e estendido para todo o Estado de Minas. O PIP se constitui, portanto, num projeto de gestão escolar, que redefine o planejamento político pedagógico das escolas, em função dos objetivos e metas estabelecidos para cada unidade escolar e para o Estado como um todo.

O Programa de Intervenção Pedagógica de Minas Gerais apresenta, atualmente, suas ações estruturadas em quatro grandes eixos: i) Seleção e capacitação das equipes central e regionais; ii) Produção de material didático para utilização em sala de aula; iii) Realização do Dia D para encontros nas escolas para construção do Plano de Intervenção com base nos resultados do Proalfa; iv) Monitoramento por meio de visitas presenciais das equipes central e regionais e comunicação *on-line*.

As evidências apresentadas nos números, assim como as informações coletadas por meio de relatórios e entrevistas, mostram que o PIP tem contribuído

para aumentar o percentual de alunos da rede estadual lendo até o 3º ano do Ensino Fundamental.

No início da década de 1990, Sérgio Costa Ribeiro provou, com o modelo Profluxo, que o grande problema da educação no Brasil estava nas taxas de repetência. No artigo intitulado Pedagogia da Repetência ele dizia que “as repetências nas quatro primeiras séries são de tal magnitude que os indivíduos ficam *velhos* em relação à série em que ainda estão cursando e abandonam a escola”.¹⁶ Na época o autor denunciava uma grave questão: “Parece que a prática da repetência está contida na pedagogia do sistema como um todo. É como se fizesse parte integral da pedagogia, aceita por todos os agentes do processo de forma *natural*.”¹⁷

A necessidade de combater a cultura da repetência e reduzir, nas escolas, o contingente de alunos defasados na idade em relação à série que cursavam, devido ao histórico de múltiplas reprovações, motivou o aparecimento de várias propostas para correção do fluxo escolar e aceleração da aprendizagem. No final dos anos 90 é conferido grande destaque ao Programa de Aceleração da Aprendizagem, oferecido aos sistemas estaduais e municipais do país, com o objetivo de corrigir o fluxo escolar dos alunos das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental que apresentavam defasagem idade/série de dois anos ou mais. Esta política se concretiza na parceria estabelecida entre o MEC e o Instituto Ayrton Senna para o desenvolvimento do Programa Acelera Brasil. Estados e municípios interessados aderem ao programa que trabalha com os profissionais da própria escola, capacitando-os para a utilização de uma metodologia baseada em projetos, apresentada em um material didático estruturado, abrangendo as orientações curriculares de cada estado ou município, para classes de 25 alunos, no máximo. Esses alunos, após cumprir as etapas de aprendizagem e participarem das avaliações previstas, seguem sua trajetória escolar a partir da 5ª série (6º ano) do Ensino Fundamental. Pesquisas e relatórios apresentados pela Fundação Carlos Chagas mostram resultados positivos do programa.

¹⁶ Ribeiro, Sérgio Costa – Pedagogia da Repetência in Estudos Avançados 12(5), 1991

¹⁷ Idem

Enquadram-se também neste conjunto de políticas, quatro projetos realizados em Minas Gerais com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, reduzindo os índices de evasão escolar, reprovação e distorção idade-série. São eles: Programa Escola Integrada e Programa de Ação Pedagógica, realizados pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, o Projeto de Reagrupamentos Temporários, desenvolvido pela superintendência regional de Montes Claros e a Progressão Parcial adotada pela rede estadual mineira.¹⁸

O Programa Escola Integrada propõe a ampliação da jornada educativa, oferecendo aos alunos atividades variadas e alternativas, como cursos e oficinas desenvolvidos na própria escola ou em outros espaços da comunidade escolar do entorno. Em 2012, segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SMED) de Belo Horizonte, o programa atendia, em horário ampliado, mais de 38 mil alunos de 143 escolas da capital mineira. Para isso, contava com, aproximadamente, 1700 profissionais entre monitores, bolsistas de extensão e jovens aprendizes (jovem da comunidade, capacitado em informática pela Gerência de Planejamento e Informação da SMED).

O Programa Escola Integrada agrega outros programas públicos e sociais, tais como o Programa Mais Educação e o Programa 2º Tempo do governo federal, ambos com perspectivas semelhantes: oferecer mais tempo para os alunos na escola com atividades desenvolvidas em parceria com pessoas e instituições da comunidade. Como fundamento, tais políticas buscam o envolvimento da sociedade na educação do cidadão e no combate ao fracasso escolar, transformando os equipamentos da cidade em espaços educativos. Como fundamento, a concepção moderna de cidade educadora, movimento que teve origem na Europa, mas que já conta, no Brasil com uma Rede de Cidades Educadoras, da qual Belo Horizonte participa.¹⁹

Ao buscar as informações para avaliar o programa, percebeu-se o seu grande potencial para compor uma política de equidade e justiça social. Há

¹⁸ Cunha e Melo, Manuel Fernando Palácios (org.) – Casos de Gestão – políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012

¹⁹ Mary Margareth Marinho Resende et al. – Escola integrada: uma proposta de educação integral in Cunha e Melo, Manuel Fernando Palácios (org.) – Casos de Gestão – políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012

relatos importantes sobre as mudanças observadas nos alunos tanto nos aspectos disciplinares e de organização quanto na qualidade das relações pessoais. No âmbito da escola, no entanto, não foi incorporado pelos professores, o que mantém as ações do programa destacadas do Projeto Político Pedagógico da instituição.

O Programa de Ação Pedagógica, também desenvolvido pelo município de Belo Horizonte, é instituído em 2003 e propõe um amplo diálogo dentro das escolas para revisão das suas propostas político-pedagógicas. O desafio é garantir a permanência do aluno na escola, principalmente os adolescentes do 3º ciclo do Ensino Fundamental, adotando práticas pedagógicas diferenciadas. O programa distribui recursos financeiros para as escolas, que devem apresentar à SMED uma proposta de ação, devidamente detalhada, informando onde será investida a verba. Os professores definem, coletivamente, os projetos pedagógicos que serão realizados e podem utilizar os recursos para atividades educativas diferenciadas como visitas a museus, teatros, excursões, cursos de formação, oficinas de arte e cultura, entre outros. Como era de se esperar, nas primeiras etapas do projeto, os recursos foram destinados para reformas e melhorias na rede física das escolas, pouco sendo investido em novas propostas pedagógicas. Como resultado desta constatação, a SMED redefine os critérios para utilização dos recursos, destinando 70% para formação dos professores e 30% para materiais pedagógicos e excursões. Os relatos e estudos de caso visando avaliar o impacto do projeto na melhoria do rendimento dos estudantes do 3º ciclo do Ensino Fundamental mostraram que a eficácia do PAP dependeu do perfil, envolvimento e organização do gestor escolar.²⁰

No âmbito do Estado de Minas, por meio da Secretaria de Educação, em 2003, as escolas foram orientadas a buscar estratégias de intervenção, tendo como base o Proalfa (Programa de Avaliação da Alfabetização). A estratégia utilizada por escolas da superintendência regional de Montes Claros foi a prática dos Reagrupamentos Temporários. Mesmo apresentando evolução nas proficiências dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental, a SRE considerou

²⁰ Barboza, Maria Luiza et al. – Uma análise dos impactos do projeto de ação pedagógica no desempenho escolar de aluno do 3º ciclo da rede municipal de educação de Belo Horizonte in Cunha e Melo, Manuel Fernando Palácios (org.) – Casos de Gestão – políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012

ainda bastante elevado o número de alunos com baixo desempenho. Por isso, algumas escolas utilizaram os reagrupamentos de alunos, buscando superar as dificuldades encontradas nos seus processos de alfabetização. Resultados positivos foram alcançados em duas escolas onde foi feito um estudo avaliativo do projeto. Os alunos foram agrupados de acordo com os seus níveis de proficiência no Proalfa. Foram constituídas turmas características dos padrões adotados pelo programa: baixo, intermediário e recomendado. Estratégias variadas, materiais diversos, acompanhamento da supervisão e utilização de um professor de apoio foram os procedimentos utilizados pelos professores com os alunos. Um fator importante, que fez a diferença no alcance de resultados melhores foi a participação e envolvimento dos pais.²¹

Em 2003, em documento publicado sob o título “A Educação Pública em Minas- 2003/2006: O Desafio da Qualidade”, a Secretaria de Educação do Estado realiza uma ampla convocação dos atores envolvidos no processo educacional para uma atuação coletiva a favor da escola pública de qualidade. “A SEE destacou como desafios para o período 2003-2006 a manutenção das conquistas atingidas; a universalização do Ensino Médio; a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração; a intensificação de ações no que tange ao atendimento de jovens e adultos, com foco na alfabetização e na formação para o trabalho e o forte investimento nas condições para melhoria da qualidade da educação.”²²

Entre as ações propostas neste período, foi instituída a Progressão Parcial, nos moldes do Parecer 1132/1997 do Conselho Estadual de Educação de Minas. De acordo com ele a escola poderá oferecer aos alunos, com base nas disposições de seu Regimento Interno, a chance de progredir para a série seguinte nos componentes curriculares nos quais obteve domínio comprovado,

²¹ Maia, Gisele Costa et al. – Reagrupamentos temporários e o sucesso na alfabetização de crianças: estudo de caso em duas escolas públicas da Superintendência Regional de Ensino de Montes Claros, in Cunha e Melo, Manuel Fernando Palácios (org.) – Casos de Gestão – políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012

²² Almeida, Vanilza de Jesus Azevedo et al. – A progressão parcial em parte da rede mineira de ensino: a educação e seus caminhos Cunha e Melo, Manuel Fernando Palácios (org.) – Casos de Gestão – políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012

podendo realizar estudos complementares para superar as deficiências nos componentes que não conseguiu êxito. Nas escolas de Minas, a progressão parcial é concebida no caso de desempenho insatisfatório em até duas disciplinas.

Estudos de caso realizados em duas escolas que adotaram a progressão parcial como forma de combater a repetência demonstraram que a prática não tem atingido os objetivos propostos. Observou-se que as condições em que a estratégia foi implementada não foram adequadas à nova situação. Desta forma, faltou tempo para os professores atenderem os alunos nos seus estudos complementares, além de pouco investimento em práticas pedagógicas mais adequadas para enfrentar as reais dificuldades dos alunos. As conclusões revelam que, se as condições forem modificadas, de forma a integrar os atores envolvidos num planejamento específico para aplicação da política em questão, talvez os resultados sejam mais promissores.

Um dos maiores desafios a ser enfrentado pelos governos estaduais é a universalização do acesso ao Ensino Médio. A maior parte dos sistemas estaduais tem priorizado as ações voltadas para esta modalidade de ensino. Tanto a abertura de vagas quanto as ações destinadas a reduzir as reprovações e assegurar a permanência dos alunos até o final do curso tem preenchido o foco das políticas de intervenção realizadas nos estados do país.

Neste conjunto de políticas se enquadra o Projeto Aprender pra Valer, realizado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará. Os resultados alcançados pelos alunos no SPAECE (Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará) mostraram que apenas 6% dos estudantes de nível médio são leitores proficientes. Isto significa que apenas esse contingente apresenta as habilidades de leitura e escrita adequadas para avançarem nos seus estudos neste nível. Diante de tais resultados, o Projeto Aprender pra Valer agrega várias ações voltadas para o fortalecimento da aprendizagem dos estudantes do primeiro ano do Ensino Médio.

O Projeto Primeiro, Aprender é um exemplo dessas ações. Com o objetivo de desenvolver e consolidar as competências e habilidades fundamentais para a aprendizagem das matrizes curriculares desta etapa do ensino foi elaborado

material pedagógico próprio para uso orientado, no qual são articuladas as diferentes disciplinas com foco no desenvolvimento da leitura, escrita e pensamento lógico-matemático.

O material é trabalhado pelos professores de todas as disciplinas, no primeiro semestre do 1º ano do Ensino Médio, durante 12 semanas. As disciplinas são distribuídas em dois blocos: i) Disciplinas alinhadas à Língua Portuguesa (englobando Língua Portuguesa, história, língua inglesa, filosofia, educação física e artes) ii) Disciplinas alinhadas à Matemática (englobando Matemática, biologia, química, física e geografia).

Ao avaliar o desenvolvimento do projeto em quatro escolas estaduais, concluiu-se que os professores e gestores apontam muitos pontos positivos, principalmente relativos à qualidade do material. No entanto, o envolvimento com as ações se restringe a pequena parcela dos docentes, mais especificamente, ficam a cargo dos professores de Língua Portuguesa e de Matemática.

O Estado do Rio de Janeiro desenvolve, em regime de parceria com empresas privadas, o Programa Dupla Escola. São escolas de tempo integral de Ensino Médio, construídas em espaços atrativos, que oferecem aos jovens um ensino de qualidade, que leva em conta os interesses da juventude e uma formação profissional, com o objetivo de prepará-los para o mercado de trabalho.

Seis escolas oferecem cursos profissionalizantes em programas de excelência desenvolvidos em dupla jornada. No quadro abaixo estão listadas as possibilidades de profissionalização que são oferecidas aos alunos:

Quadro 05: Possibilidades de Profissionalização

Escola	CURSOS TÉCNICOS EM
1	Multimídias, roteiro para mídias digitais e programação de jogos digitais.
2	Leite e derivados e panificação
3	Administração
4	Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e Biotecnologia.
5	Telecomunicações

Fonte: <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1734316>

A Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro afirma que “a extensão da carga horária de estudos preenchida com cursos de interesse do aluno reduzem as taxas de evasão e, sobretudo, aumentam o desempenho escolar que, nessas unidades, apresentam um resultado superior à média da rede.”²³

O quadro a seguir apresenta, de maneira sintética, uma comparação entre os principais programas de intervenção pedagógica citados no escopo desse trabalho. Elegeu-se como aspectos de comparação a concepção/objetivos dos programas, sua abrangência e os principais resultados alcançados.

²³ <http://www.rj.gov.br/web/seeduc/exibeconteudo?article-id=1149929>

Quadro 06: Síntese dos Programas de Intervenção Pedagógica

Síntese dos Programas de Intervenção Pedagógica					
	PAIC – CE	PIP - MG	PEI - BH/MG	PAP - BH/MG	PDE - RJ
Concepção/Objetivo	- promover o fortalecimento institucional de cada escola; - alcançar as metas de aprendizagem das crianças de seis e sete anos.	- melhorar as metas de alfabetização; - gestão do planejamento político pedagógico das escolas da rede estadual de MG.	- ampliação da jornada educativa por meio de atividades variadas e alternativas na escola ou em outros espaços da comunidade.	- garantir a permanência dos adolescentes na escola, sobretudo aqueles alunos do 3º ciclo do EF.	- escolas de tempo integral de EM, construídas em espaços alternativos.
Abrangência	- implantação dos sistemas municipais de avaliação da aprendizagem das crianças e do desempenho docente; - universalização do atendimento de crianças de 4 e 5 anos à Educação Infantil; - políticas de incentivo à leitura e à escrita.	- inicia como um projeto piloto na região norte de Minas; - é estendido a todo o estado em 2008.	- em 2012, o programa atendia 38 mil alunos de 143 escolas de Belo Horizonte, envolvendo, aproximadamente, 1.700 profissionais.	- escolas da rede municipal de ensino de Belo Horizonte.	- seis escolas da rede estadual do RJ oferecem cursos profissionalizantes em programas de excelência desenvolvidos em dupla jornada.
Resultados	- prêmio Escola Nota 10; - melhora nos resultados das escolas do CE nas avaliações externas; - melhores índices de alfabetização.	- aumento significativo de alunos da rede estadual de ensino lendo até o 3º ano do Ensino Fundamental.	- mudanças dos alunos nos aspectos disciplinares, na organização e na qualidade das relações. - em algumas escolas não foi incorporado pelos professores.	- nos relatos e estudos de casos apresentados identifica-se que o resultado do programa depende do perfil, envolvimento e organização do gestor escolar.	- redução das taxas de evasão; - melhoria do desempenho escolar (nessas unidades, os resultados são superiores à média da rede)

A seguir, será detalhado o Programa de Ampliação da Jornada Pedagógica – PAJP, objeto deste estudo, situando-o no contexto educacional de Pernambuco

2. A proposta do PAJP – Programa de Ampliação da Jornada Pedagógica

O Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE), assim como nos outros estados da federação, é a referência fundamental para a proposição

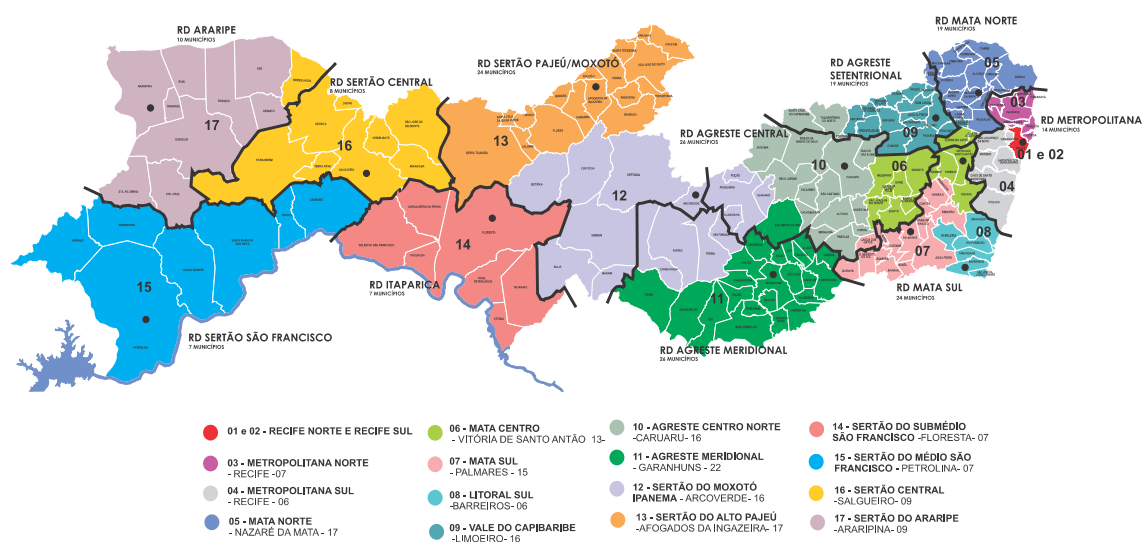
das políticas educacionais. Os resultados dos alunos são estudados de forma detalhada tanto pela Secretaria de Educação, enquanto órgão central do sistema de ensino, quanto pelas gerências regionais e pelas escolas.

Com base nos indicadores obtidos, políticas são desenvolvidas, conforme foi explicitado no primeiro capítulo deste trabalho e, de forma geral, os resultados tem sido positivos.

O estudo sobre a política, que vem sendo desenvolvida pela Gerência Regional Sertão do Alto Pajeú, é importante na medida em que representa a cultura que atualmente está presente em toda a rede de educação do estado de Pernambuco: as avaliações são importantes fontes de informação para a definição de ações que sejam criativas e eficazes para melhorar os indicadores educacionais e construir uma sociedade mais justa e igualitária, onde as oportunidades estejam ao alcance de todos.

Além disso, os indicadores mostram que o projeto tem obtido bons resultados, conforme será detalhado no terceiro capítulo desse trabalho.

Figura 02: GREs e REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO DE PERNAMBUCO



Os municípios da Regional do Sertão do Alto Pajeú estão localizados na Microrregião do Pajeú, localizada ao norte do estado de Pernambuco. Apresenta um clima semi-árido na maioria dos municípios, tendo exceção uma área de altitude, onde se situa a cidade de Triunfo, a qual fica no ponto mais alto de Pernambuco com mil duzentos e sessenta metros. Nessa microrregião a agropecuária é uma das mais desenvolvidas do Sertão brasileiro. A atividade econômica é em sua maioria movimentada pelo comércio, seguindo da agropecuária. Na área do Brejo apresenta uma atividade agrícola mais diversificada, inclusive com a fruticultura. Nas regiões baixas, a pecuária caprina e bovina prevalece e a agricultura predominante é a de subsistência.

A Gerência Regional de Educação do Sertão do Alto Pajeú está situada no município de Afogados da Ingazeira, a 366 km da capital de Pernambuco na região do Pajeú. Sua jurisdição é constituída de 17 municípios, que elencamos a seguir: Afogados da Ingazeira, Brejinho, Calumbi, Carnaíba, Flores, Iguaraci, Ingazeira, Itapetim, Quixaba, Santa Cruz da Baixa Verde, Santa Terezinha, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo, Tuparetama.

Nos municípios acima mencionados, a GRE atende as três redes de ensino: estadual com 43 escolas (ano 2011), municipal com 398 e particular com 34 perfazendo um total de 475 escolas. Quanto às matrículas, em 2008 foram matriculados 37.154 estudantes na rede estadual.

No que tange a normatização, cabe à GRE prestar assistência à rede particular e municipal. Isso ocorre porque a maioria dos municípios ainda não dispõe dos seus sistemas de ensino conforme determina a LDB em seu artigo 8º que diz: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino".

Para a Rede Municipal, além de prestar assistência à normatização, a GRE oferece também formação continuada para os anos iniciais do Ensino Fundamental (turmas do Projeto Alfabetizar com Sucesso), monitoramento de projetos e avaliação do desempenho dos estudantes e das escolas por meio da participação anual no SAEPE. Essas ações do estado para com os municípios se realizam a partir do regime de colaboração.

No que se refere à rede estadual, a GRE é responsável pela implantação, implementação e execução das políticas educacionais delineadas pela Secretaria Estadual de Educação. Isso significa que, no âmbito da GRE, cabe a realização de ações de planejamento, monitoramento e avaliação, com vistas a garantir a efetivação das políticas definidas para a rede estadual e prestar serviços de qualidade para as escolas sob sua jurisdição.

O Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica, coordenado pela GRE do Sertão do Alto Pajeú tem objetivos claros e muitos deles semelhantes às políticas de intervenção descritas no item anterior.

O PAJP resultou da análise dos resultados alcançados pelos alunos das escolas pertencentes à Regional do Sertão do Alto Pajeú e definiu como foco de atuação as séries finais das etapas escolares: 5º ano, 9º ano e 3º ano do Ensino Médio. Foram utilizadas, como orientação para estabelecer os conteúdos curriculares do trabalho com os alunos, as matrizes de referência utilizadas nas avaliações do SAEPE.

O PAJP, a exemplo de outros programas, ofereceu a professores e alunos um material estruturado, desenvolvido de forma coletiva e destinado a orientar as atividades dos alunos. Estas atividades são realizadas em horário estendido, ou seja, os alunos frequentam a escola em horários diferentes das suas aulas regulares para estudar mais, de uma forma mais dinâmica e atrativa. Os professores procuram desenvolver o trabalho utilizando espaços e materiais alternativos, buscando despertar o interesse do aluno e melhorar sua aprendizagem.

Em vários projetos desenvolvidos nos estados brasileiros, quando avaliados, observava-se certa resistência ou a falta de envolvimento de alguns membros da comunidade escolar, sejam gestores, professores ou mesmo as famílias. O PAJP integra técnicos da GRE, gestores escolares, professores, alunos e familiares. Torna-se, portanto, um projeto que cria expectativas bastante positivas por todos os envolvidos. O interesse em atingir as metas está vinculado à política estabelecida para as escolas do Estado por meio do Bônus de Desempenho Escolar (BDE), um incentivo financeiro para os servidores das escolas que alcançaram a partir de 50% da meta estabelecida no Termo de

Compromisso. O valor da bonificação varia de acordo com o percentual da meta atingido pela escola, levando em conta o salário base do servidor e o tempo de serviço na unidade.²⁴

Além de todas estas características, o PAJP constitui-se num programa de formação continuada para os professores. Estes participam de reuniões locais e regionais, onde são discutidas as estratégias e os conteúdos que são trabalhados no projeto.

Com todas estas características e por ser um programa que apresenta múltiplas possibilidades de intervenção, o PAJP poderia se tornar uma referência para o Estado de Pernambuco como estratégia eficaz para atingir as metas propostas para as outras regiões do estado?

O Programa poderia ser planejado de forma a permitir que todos os envolvidos no processo - pais, professores, gestores - compreendessem a importância de enfrentar os desafios para estabelecer uma educação de qualidade para todos?

No terceiro capítulo serão verificadas estas possibilidades.

²⁴ <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/bde.html>

Capítulo III

Proposta de Intervenção

1. A influência do PAJP na melhoria dos indicadores educacionais.

Procuramos, ao longo do trabalho, analisar o Projeto de ampliação da Jornada Pedagógica implantado na Regional do Alto Pajeú a luz dos indicadores educacionais da GRE e das escolas, tentando compreendê-lo como uma experiência que reuniu várias estratégias utilizadas em projetos e programas desenvolvidos em nosso país.

Nessa direção buscamos analisar os elementos estruturadores do PAJP, ou seja, seu planejamento, os recursos físicos e humanos envolvidos, a participação da comunidade escolar, os materiais utilizados, assim como a participação da GRE no projeto.

Uma análise mais detalhada dos dados obtidos nas avaliações externas nos permite inferir que, considerando o período estudado e a implantação do PAJP, houve aumento nos indicadores educacionais na GRE, o que revela que o PAJP influenciou positivamente nos resultados das escolas.

A Gerência Regional do Alto Pajeú se destaca das demais gerências pelo desempenho nas médias do IDEPE.

Nos quadros a seguir, apresentamos as médias do IDEPE de Pernambuco (quadro 06) e das Regionais, no período de 2008 a 2009 (quadro 07). Ao compararmos essas médias nos dois quadros, podemos observar que a GRE do Sertão do Alto Pajeú, em todos os anos e em todos os ciclos de ensino, obteve as médias do IDEPE superior a média de Pernambuco. Essa situação não aparece em nenhuma das outras regionais. Como a Regional desenvolveu o projeto neste período, esse dado, mais uma vez, revela a possibilidade do PAJP ter influenciado no desempenho das escolas da jurisdição da GRE do Sertão do Alto Pajeú.

QUADRO 07: Média do IDEPE de PERNAMBUCO - Período de 2008 a 2012

ANO	Ensino Fundamental		Ensino Médio
	Anos Iniciais	Anos Finais	
2008	3,7	2,7	2,6
2009	3,9	3,1	3,0
2010	4,0	3,4	3,0
2011	4,4	3,5	3,3
2012	4,4	3,7	3,4

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

QUADRO 08: Médias do IDEPE das Gerências Regionais de Ensino da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco – Período 2008 a 2012

Região	IDEPE 2008			IDEPE 2009			IDEPE 2010			IDEPE 2011			IDEPE 2012		
	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM
Agreste Centro Norte (Caruaru)	3,69	2,56	2,61	3,68	3,02	2,90	3,84	3,29	3,00	4,30	3,40	3,20	4,48	3,53	3,35
Agreste Meridional (Garanhuns)	3,50	2,63	2,36	3,81	3,27	2,85	3,69	3,56	2,96	5,00	3,80	3,30	4,33	3,91	3,61
Litoral Sul (Barreiros)	3,39	2,50	2,46	3,05	3,20	2,74	3,10	3,06	2,73	3,90	3,20	2,80		3,19	3,00
Mata Centro (Vitória)	3,81	2,76	2,60	3,60	3,13	3,12	3,74	3,34	3,07	4,10	3,50	3,30	4,68	3,64	3,40
Mata Norte (Nazaré Da Mata)	3,31	2,53	2,58	3,35	3,09	2,98	3,58	3,30	3,05	4,00	3,60	3,30	4,09	3,54	3,61
Mata Sul (Palmares)	3,51	2,78	2,56	3,43	3,25	2,97	3,73	3,50	2,88	3,80	3,40	3,10	3,93	3,62	3,48
Metropolitano Norte	3,61	2,40	2,23	3,79	2,87	2,58	3,97	3,21	2,82	4,10	3,10	2,90	4,09	3,29	2,98
Metropolitano Sul	3,70	2,71	2,44	3,75	3,05	2,71	3,85	3,37	2,79	4,20	3,30	2,90	4,21	3,42	2,94
Recife Norte	3,76	2,29	2,19	3,91	2,92	2,72	4,14	3,14	2,81	4,60	3,30	3,00	4,66	3,35	3,21
Recife Sul	3,96	2,28	2,29	3,98	2,86	2,73	4,20	3,18	2,71	4,50	3,20	2,90	4,45	3,27	3,07
Sertão Central (Salgueiro)	3,58	2,96	2,82	3,77	3,66	3,32	3,74	3,86	3,34	3,90	4,10	3,60		4,40	4,03
Sertão Do Alto Pajeú (Afogados Da Ingazeira)	4,19	3,29	3,20	4,39	3,82	3,52	4,49	4,12	3,53	5,30	4,20	3,80	5,43	4,24	3,91
Sertão Do Araripe (Araripina)	3,67	2,98	2,59	4,76	3,47	2,91	3,01	3,72	3,05	4,20	3,70	3,20	4,61	3,93	3,49
Sertão Do Moxotó Ipanema (Arcoverde)	3,42	2,68	2,63	3,83	3,28	3,02	3,09	3,68	3,15	4,20	3,80	3,40	4,44	3,87	3,62
Sertão do Submédio São Francisco (Floresta)	3,55	3,17	2,66	3,78	3,52	3,01	3,90	3,73	2,98	4,60	3,90	3,40	4,55	4,03	3,71

Região	IDEPE 2008			IDEPE 2009			IDEPE 2010			IDEPE 2011			IDEPE 2012		
	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM
Sertão Médio São Francisco (Petrolina)	3,75	2,86	2,56	3,88	3,38	2,91	4,05	3,53	3,01	4,70	3,60	3,10	4,67	3,79	3,49
Vale Do Capibaribe (Limoeiro)	3,70	2,90	2,86	3,84	3,43	3,23	4,62	3,54	3,20	4,50	3,80	3,50	5,07	4,09	3,69

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco

As notas em vermelho representam valores abaixo da média do Estado. Observamos que a GRE do Sertão do Alto Pajeú não apresentou esta situação nas etapas escolares e anos avaliados.

Apresentamos, em seguida, o cenário das escolas desta GRE em relação ao IDEB para que possamos também ter como parâmetro sua situação em relação aos indicadores nacionais. Da mesma forma, apresentaremos dois quadros: o primeiro (Quadro 09) com o IDEB da rede estadual de Pernambuco e o segundo (Quadro 10) com as médias do IDEB das escolas da GRE em estudo.

Quadro 09: IDEB da Rede Estadual de Pernambuco - Período de 2005 a 2011

IDEB - Anos Iniciais				IDEB - Anos Finais			
2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
3,1	3,5	3,9	4,2	2,4	2,5	3,0	3,3

Fonte: MEC/Inep

Quadro 10: IDEB das Escolas da Gerencia Regional do Alto Pajeú – Período 2005 a 2011

Escola	IDEB - Anos Iniciais				IDEB - Anos Finais			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
Col Normal Est de Afogados da Ingazeira	3,40	3,70	3,30	5,40	2,60	3,80	3,70	3,80
Esc Conego João Leite Gonçalves de Andrade	4,10	4,60	4,10	4,50	3,00	3,30	3,30	3,60
Esc. Padre Carlos Cottart	-	3,20	3,20	-	1,70	2,50	3,10	3,40
Esc. Monsenhor Antônio de Pádua Santos	-	-	-	-	1,80	1,60	2,40	-
Antonio Gomes de Lima	3,40	3,70	5,00	-	2,80	3,10	4,50	4,00
Esc. João Gomes dos Reis	3,30	5,60	5,30	5,20	3,00	3,70	4,70	4,60
Esc. de Referencia Em Ensino Médio Joaquim Mendes da Silva	-	-	-	-	2,60	2,80	-	-
Esc. Aires Gama	-	-	4,00	5,00	-	-	-	-
Esc. Dario Gomes de Lima	-	-	-	-	2,20	1,70	5,30	3,20

Escola	IDEB - Anos Iniciais				IDEB - Anos Finais			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
Esc. Pedro Santos Estima	-	-	-	4,80	3,10	3,10	-	4,40
Esc. Estadual Joaquim Alves de Freitas	-	-	-	-	2,60	2,50	3,10	3,80
Esc. Profa Rosete B de Souza	-	4,20	3,10	5,90	1,60	2,00	3,10	3,30
Esc. Aristaque Jose de Veras	-	-	-	-	-	-	-	3,70
Esc. Teresa Torres	-	-	-	-	2,20	2,20	3,00	3,50
Esc. Tome Francisco da Silva	-	6,60	6,50	7,00	-	4,40	4,60	5,20
Esc. Solidonio Pereira de Carvalho	-	-	-	-	3,10	5,10	3,90	4,50
Esc. Santa Cruz	2,40	3,40	4,20	4,90	2,50	2,50	3,60	4,00
Esc. Regina Pacis	3,90	4,40	5,20	6,00	1,90	2,50	4,30	4,60
Esc. Santa Terezinha	-	3,40	5,00	4,60	3,00	3,20	4,00	3,90
Esc. Edson Simoes	3,30	3,80	5,20	-	2,50	1,80	2,60	2,90
Esc. Oliveira Lima	4,00	4,10	-	-	2,80	3,40	4,00	-
Esc. Prof Sebastião Ferreira Rabelo Sobrinho	2,70	3,00	4,00	4,60	2,40	3,20	3,10	3,60
Esc. Máxima Vieira De Melo	-	3,30	-	-	4,00	2,80	4,50	4,40
Esc. São José	-	2,80	3,20	4,20	-	-	-	-
Esc. Methodio de Godoy Lima	3,60	3,60	4,20	4,10	2,70	2,80	3,00	3,50
Esc. Antonio Timóteo	3,30	2,80	3,90	-	2,70	2,60	3,50	3,30
Esc. Cornélio Soares Ens Fund E Medio	3,70	-	-	-	3,20	3,80	3,60	4,50
Esc. Irma Elizabeth Ens.Fund. E Medio	3,70	3,80	5,30	5,30	3,10	3,60	3,80	3,80
Esc. Prof Tibúrcio Valeriano Gomes Lima	2,60	3,60	-	-	2,00	3,00	-	-
Esc. Ana Ribeiro	3,40	3,50	3,10	-	-	-	-	-
Esc. Manoel Pereira Lins	3,10	4,00	5,30	5,60	2,70	3,30	4,90	4,00
Esc. Solidonio Leite	2,70	3,60	5,00	4,70	3,00	3,00	4,50	4,30
Esc. Irnero Ignacio-Ensino Fundamental e Médio	2,80	3,90	4,40	4,30	2,90	3,30	4,20	4,30
Esc. N S de Lourdes Ens Fundamental e Medio	-	-	-	-	2,60	3,00	3,60	4,30
Esc. Arnaldo Alves Cavalcanti Ensino Fundamental e Médio	2,90	3,60	4,50	5,00	2,10	3,30	2,80	3,20
Esc. Pedro Pires Ferreira	-	-	4,50	4,30	-	2,80	3,60	3,70
Esc. Professora Carlota Breckenfeld	3,40	3,70	5,40	-	2,70	2,50	4,20	4,70
Esc. Monsenhor Luiz Sampaio	3,40	4,60	4,90	6,20	4,30	3,30	4,40	4,60
Esc. São Vicente De Paulo	-	3,50	-	-	-	2,70	4,20	4,00

Escola	IDEB - Anos Iniciais				IDEB - Anos Finais			
	2005	2007	2009	2011	2005	2007	2009	2011
Esc. Alfredo de Carvalho	-	-	-	-	2,40	3,00	4,60	-
Esc. Conego Olimpio Torres	-	-	-	-	1,90	3,00	4,30	5,10
Esc. Ernesto de Souza Leite	4,00	4,50	4,70	6,50	3,40	3,30	3,80	4,30

O quadro 10 apresenta as médias do IDEB das escolas localizadas na GRE do Sertão do Alto Pajeú, de 2008 a 2012, período correspondente ao estudo da realização do PAJP. Observa-se que, em relação a este índice, em 2005 a rede estadual alcançou 3,1 nos anos iniciais e 2,4 nos anos finais.

O esforço realizado pelo estado para melhorar o Ensino Fundamental, por meio de projetos de intervenção no processo pedagógico e políticas de monitoramento e responsabilização, resultou na elevação do IDEB. Em 2011 o índice foi para 4,2 nos anos iniciais e 3,3 nos anos finais.

A análise da evolução das médias das escolas da Regional do Serão do Alto Pajeú nos permite inferir que os resultados alcançados contribuíram de forma positiva para este avanço significativo no IDEB do Estado de Pernambuco.

Observe-se que no ano de 2005, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, das 22 escolas que ofereciam essa etapa de escolaridade, 7 (sete), o que corresponde a 32% do total, obtiveram médias abaixo ou igual a media estadual (3,1). Já em 2011, apenas 2 (duas), 9,5% das escolas apresentaram a média abaixo da média estadual (4,2).

Em relação aos anos finais do Ensino Fundamental, em 2005, das 35 escolas que ofereciam esse nível de ensino, 11 (onze), representando 32% do total, apresentaram médias no IDEB abaixo ou igual à média estadual (3,3). Em 2011, apenas 5 (cinco), ou seja, 14,5% das escolas obtiveram sua média abaixo da média estadual.

Mesmo na ausência de um estudo específico do impacto do PAJP sobre os resultados educacionais, os indícios são claros quando observamos o avanço nas médias das escolas do Serão do Alto Pajeú no período em que a GRE implantou

e desenvolveu o Projeto. A intervenção foi positiva e os alunos melhoraram o seu desempenho nas avaliações do SAEPE e do SAEB.

Buscamos por meio de visitas à GRE e às escolas, e entrevistas com gestores e professores, compreender os pontos positivos do projeto e detectar as dificuldades e fragilidades enfrentadas no seu percurso. Após analisar os depoimentos, apresentamos como proposta a reestruturação e ampliação do projeto, como forma de enfrentar os desafios que, cotidianamente, demandam soluções responsáveis e eficientes. Nosso propósito é transformar o PAJP numa política para toda a rede pública de Pernambuco, envolvendo as escolas estaduais e também as redes municipais.

2. Plano de Ação para reestruturação do Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica (PAJP)

Um estudo mais sistemático do trabalho realizado na Regional do Sertão do Alto Pajeú, por meio de visitas às escolas e entrevistas realizadas com técnicos da GRE, gestores de escolas e professores, permitiu detectar as maiores dificuldades enfrentadas durante a realização do projeto.

Foram relatados problemas com a infra-estrutura, mais especificamente as condições de transporte dos estudantes para frequentar as aulas em turnos diferentes da sua jornada regular, principalmente aos sábados. Além disso, os gestores e professores sentiram falta de uma organização mais estruturada para o projeto. A ausência de um plano de ação para o desenvolvimento do PAJP com as definições de competências e atribuições, assim como um espaço definido para o registro das experiências realizadas foram apontadas como falhas graves que comprometeram, muitas vezes, as condições de continuidade do projeto, principalmente quando eram incluídos novos participantes.

Além das dificuldades apontadas pelos profissionais envolvidos no projeto, percebemos ainda duas grandes limitações. A primeira diz respeito à implantação do Programa apenas para os estudantes das séries/anos que participam das avaliações externas do SAEPE e SAEB. Tal limitação pode resultar em ações direcionadas apenas para garantir melhor desempenho dos alunos nas provas,

comprometendo a formação mais ampla, envolvendo as diferentes dimensões curriculares. Por outro lado, com esse desenho, o projeto peca na questão da equidade, ou seja, a oportunidade não é oferecida a todos os estudantes que precisam.

A segunda limitação que consideramos importante destacar refere-se à abrangência do projeto. A implantação do Projeto apenas na Regional do Sertão do Alto Pajeú impede que os benefícios possam ser usufruídos pelos alunos das escolas das outras regionais. Concebido como uma política de estado, o projeto poderá promover um salto de qualidade no sistema educacional de Pernambuco.

Nossa proposta de reestruturação prevê ações que possam minimizar as fragilidades detectadas no Projeto, assim como ampliar seu raio de atuação, com o objetivo de contribuir para uma educação de qualidade para as crianças e jovens pernambucanos.

O quadro seguinte propõe um Plano de Ação que deverá ser coordenado pela Secretaria de Educação do Estado, envolvendo primeiramente toda a rede de escolas estaduais, com possibilidades de ser estendido às escolas municipais.

Quadro 11: PLANO DE AÇÃO

AÇÕES	RESPONSÁVEIS
Elaborar uma proposta de ampliação da jornada pedagógica utilizando a metodologia do PAJP – contraturno, material didático próprio, metodologias dinâmicas e alternativas, formação continuada para os professores das diferentes etapas escolares: Alfabetização, Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio.	Equipe Técnica coordenada pela Secretaria de Educação, com participação de professores das diferentes áreas curriculares.
Apresentação da proposta para todas as GRES do Estado de Pernambuco	Equipe Técnica da Secretaria de Educação
Garantir as condições de infraestrutura para a execução do Projeto: transporte gratuito, local para atendimento aos alunos, caso a escola não apresente as condições ideais.	Equipes de governo com representantes das secretarias envolvidas.
Abertura da proposta para os municípios que poderão aderir por meio de Convênios ou Termos de Cooperação Técnica com a devida definição das responsabilidades.	Setor Administrativo da Secretaria de Educação do Estado

Na perspectiva de contribuir para a melhoria da aprendizagem dos estudantes da rede estadual de Pernambuco, consideramos importante a ampliação do PAJP visando atender não só os alunos que participam das avaliações externas, mas, também aqueles que apresentam dificuldades de aprendizagem. O projeto deverá funcionar como programa de prevenção ao analfabetismo e à distorção idade/ série. Um tempo complementar que ofereça oportunidades de aprendizagem podem reverter trajetórias de fracasso escolar, garantindo aos alunos a superação das dificuldades que impedem o seu avanço regular no sistema educacional. Especificamente em Pernambuco esse projeto pode se tornar um programa de jornada ampliada atendendo paralelamente aos estudantes do Programa Alfabetizar com Sucesso nos anos iniciais e aos estudantes do Travessia nos anos finais do Ensino Fundamental.

O Programa Alfabetizar com Sucesso visa garantir a alfabetização dos alunos de 06 a 10 anos, através da implantação dos ciclos de alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O referido programa é desenvolvido em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Seu objetivo é promover a formação continuada e o acompanhamento sistemático das práticas pedagógicas dos professores. Além das escolas estaduais, o Programa assiste as secretarias municipais de educação, cujos municípios aderiram ao Programa.

O Travessia, que é um Programa de Aceleração de Estudos, foi lançado em 2009 e desenvolvido pela SEE/PE em parceria com a Fundação Roberto Marinho. É utilizada a metodologia do Telecurso para jovens do Ensino Médio com dois anos ou mais de defasagem escolar. O Programa de correção de fluxo escolar conta com equipes da Fundação Roberto Marinho e da SEE que acompanham sistematicamente o trabalho realizado nas telessalas do programa, com visitas frequentes e avaliação do desempenho dos estudantes. Além garantir aos professores, supervisores e gestores do programa um processo contínuo de formação.

Enfim o PAJP enquanto jornada ampliada pode atender os alunos que apresentam baixo desempenho do 1º ano ao 9º ano do Ensino Fundamental contribuindo para a implantação de política de prevenção à distorção idade série,

como ação corretiva paralela ao programa de correção de fluxo. Poderá atuar, também, com grupos de alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental que apresentam dificuldades na leitura e na escrita, na perspectiva de garantir que todos tenham essas habilidades desenvolvidas na idade certa. Propomos que o projeto atue, simultaneamente, com grupos de alfabetização e grupos com defasagem para buscar a correção do fluxo.

Destacamos a importância da utilização de metodologias e de recursos materiais adequados que desencadeie um processo de motivação para a aprendizagem dos estudantes, por meio de aulas dinâmicas e atrativas.

Ao expandir o PAJP para todas as Gerências Regionais, acreditamos que poderá ser criado no Estado de Pernambuco um amplo programa de melhoria da qualidade do ensino, fundamentado em concepções generosas, democráticas e eficientes de escola, de ensino, de aprendizagem, de avaliação e de apoio à aprendizagem.

Propomos que sejam definidas metas, competências e atribuições de cada sujeito participante do programa e que sejam criadas equipes de planejamento, avaliação e monitoramento no âmbito de todas as Gerências Regionais.

Por fim, não podemos deixar de considerar que o sucesso do Programa, explicitado por meio da elevação dos indicadores de desempenho dos alunos está atrelado também à política de bônus adotada pelo governo. A ampliação do PAJP para toda a rede estadual poderá resultar no aumento do contingente de escolas e profissionais a adquirir o direito à bonificação hoje existente na rede estadual. Estender a proposta para as redes municipais, atrelada a distribuição do ICMS, será certamente um estímulo à melhoria do atendimento aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Considerações Finais

Ao concluir esse estudo minucioso acerca do Projeto de Ampliação da Jornada Pedagógica - PAJP, percebemos a importância desse projeto no sentido de intervir na prática pedagógica do professor e de contribuir no processo de ensino e avaliação dos alunos na busca de melhorar os indicadores da rede estadual de Pernambuco.

Cabe ressaltar que o projeto pode ser considerado como uma das alternativas desafiadoras e importantes para a educação no estado, por provocar a mobilização e o envolvimento dos gestores, professores e pais de alunos na busca de uma educação com qualidade social.

Outro aspecto a considerar é que o PAJP, ao se transformar numa política de estado, com vista a contribuir para a redução dos índices de repetência e distorção Idade série, poderá ser incorporado, dar continuidade e enriquecer a política de bonificação.

Podemos afirmar que o PAJP, da forma como é realizado atualmente, é um projeto importante. No entanto, em relação à abrangência, constitui-se como uma proposta com atuação pontual, em apenas uma regional e é carente de recursos para se estabelecer de forma mais produtiva. Neste sentido guarda semelhança com muitos projetos realizados no país, a exemplo do que foi exposto no capítulo 2.

Nosso objetivo com as sugestões apresentadas é aproximar o PAJP do PAIC e do PIP, desenvolvidos nos estados do Ceará e Minas Gerais, particularmente nos aspectos que os qualificam como políticas de estado, capazes de integrar os segmentos participantes e interferir nas políticas de responsabilização.

Embora tenha ocorrido avanço quanto a elevação dos indicadores, observamos que ainda há muito a fazer.

Portanto, a nossa proposta de redirecionamento do PAJP, bem como sua ampliação para as 17 Gerências Regionais, se baseia na elevação dos índices

obtidos pela regional do Sertão do Alto Pajeú, evidenciado nas avaliações externas. Outro ponto a ser destacado é a certeza de que uma política que teve origem nas instituições que estão na ponta do sistema, no contato direto com os estudantes e suas famílias, possa ser universalizada e conquistar, com mais vantagens, o apoio e o interesse da comunidade educacional do Estado de Pernambuco.

Referências

- 01** - INEP, www.inep.gov.br
- 02** - Pernambuco, o novo – melhor para Trabalhar, Melhor para Viver. O Trabalho continua in http://psbpe.org.br/2010wp-content/uploads/plano_governo_2011-204.pdf
- 03** - BRASIL, Censo Escolar 2008-2012.
- 04** - Caderno de Atividades Suplementares para o ensino médio – Língua Portuguesa MIMEO, exemplar do professor pag. 12
- 05** - Pernambuco, Secretaria de Educação do Estado Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar, Mod. – I Políticas Públicas Educacionais: Marcos Regulatórios.
- 06** - BRASIL, LDB- 9394 -Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996 in <http://WWW.planalto.gov.br/ccivil03/leis/9394.htm>.
- 07**- PRADO, Iara Glória Areias- LDB e Políticas de Correção de Fluxo Escolar, Em Aberto, Brasília, v.17,n. 71, jan 2000.
- 08** - COELHO, Maria Isolda Cela de Arruda ET AL. Rede de cooperação entre escolas: uma ação no âmbito do Programa de Alfabetização na Idade Certa, in Casos de Gestão: políticas e situações emblemáticas do cotidiano escolar brasileiro. Orgs: Manuel Palácios da Cunha Melo (et al.) Juiz de Fora, MG FADEPE, 2012.
- 09** - SIMÕES, Maria Inez Barroso- O PROGRAMA DE INTERVENÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- PIP Dissertação de Mestrado – memmio. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.
- 10** - RIBEIRO, Sergio Costa. Pedagogia da Repetência in Estudos Avançados 12 (5), 1991
- 11**- MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e (org.) – Casos de Gestão – políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012.
- 12**- MARY MARGARETH, Marinho Resende *et al.* – Escola integrada: uma proposta de educação integral in Cunha e Melo, Manuel Fernando Palácios (org.) – Casos de Gestão – políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012
- 13** - BARBOZA, Maria Luiza *et al.*- Uma análise dos impactos do projeto de ação pedagógica no desempenho escolar de aluno do 3º ciclo da rede municipal de educação de Belo Horizonte in Cunha e Melo, Manuel Fernando Palácios (org.) – Casos de Gestão-políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012.
- 14** – MAIA, Gisele Costa *et al.* – Reagrupamentos temporários e o sucesso na alfabetização de crianças: estudo de caso em duas escolas públicas da Superintendência Regional de Ensino de Montes Claros, in Cunha e Melo,Manuel Fernando Palácios (org.)

– Casos de Gestão –políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG: FADEPE, 2012

15 – ALMEIDA, Vanilza de Jesus Azevedo et al. – A progressão parcial em parte da rede mineira de ensino: a educação e seus caminhos Cunha e Melo, Manuel Fernando Palácios (org.) – Casos de Gestão –políticas e situações emblemáticas do cotidiano brasileiro, Juiz de Fora, MG:FADEPE, 2012.

16- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco SAEPE – 2012/Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, CAEd. V.2 (jan/dez. 2012), Juíz de Fora – Anual. ARAUJO, Carolina Pires, MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: Revista do Sistema de avaliação.

17- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco SAEPE – 2012/Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, CAEd. V.3 (jan/dez. 2012), Juíz de Fora – Anual. ARAUJO, Carolina Pires; MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: Revista da Gestão Escolar.

18- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco SAEPE – 2012/Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, CAEd. V.1 (jan/dez. 2012), Juíz de Fora – Anual. ARAUJO, Carolina Pires, MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: Revista Pedagógica de Língua Portuguesa e Matemática da 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental.

19- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco SAEPE – 2012/Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, CAEd. V.1 (jan/dez. 2012), Juíz de Fora – Anual. ARAUJO, Carolina Pires, MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: Revista Pedagógica de Língua Portuguesa da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental.

20- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco SAEPE – 2012/Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, CAEd. V.1 (jan/dez. 2012), Juíz de Fora – Anual. ARAUJO, Carolina Pires, MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: Revista Pedagógica de Língua Portuguesa da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental.

21- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco SAEPE – 2012/Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, CAEd. V.1 (jan/dez. 2012), Juíz de Fora – Anual. ARAUJO, Carolina Pires, MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: Revista Pedagógica de Língua Portuguesa do 3º ano do Ensino Médio.

22- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco SAEPE – 2012/Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, CAEd. V.1 (jan/dez. 2012), Juíz de Fora – Anual. ARAUJO, Carolina Pires, MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: Revista Pedagógica de Matemática da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental.

23- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco SAEPE – 2012/Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, CAEd. V.1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora – Anual. ARAUJO, Carolina Pires, MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: Revista Pedagógica de Matemática da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental.

24- PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de Pernambuco SAEPE – 2012/Universidade Federal de Pernambuco, Faculdade de Educação, CAEd. V.1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora – Anual. ARAUJO, Carolina Pires, MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita de; REZENDE, Wagner Silveira. Conteúdo: Revista Pedagógica de Matemática do 4ª série/5º ano do Ensino Médio.

25- <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmq2/bde.html>

26- www.educacao.pe.gov.br

ANEXOS

Anexo 01: Nota Técnica

Cálculo do BDE 2010²⁵

Esta Nota Técnica apresenta os procedimentos utilizados para o cálculo do bônus devido aos profissionais das escolas, conforme as normas estipuladas pela legislação do Estado de Pernambuco e os Termos de Compromisso firmados pela Secretaria de Educação e as equipes gestoras das unidades de ensino.

1. As metas das escolas em 2009

1. As metas propostas às escolas de Pernambuco foram calculadas com base em um modelo logístico, projetando-se para a 4ª e 8ª séries do ensino fundamental (5º e 9º anos) e a 3ª série do ensino médio um IDEPE igual a 6,0, respectivamente em 2021, 2025 e 2028. A meta corresponde à diferença entre o IDEPE projetado para 2009, conforme o modelo descrito no item 3, e o IDEPE de referência, atribuído ao ano de 2008.

$$META_{2009}^{kj} = IDEPE_{PROJ09}^{kj} - IDEP_{REF08}^{kj}$$

- $META_{2009}^{kj}$ = Meta da escola k para 2009, na série j
 - $IDEPE_{PROJ09}^{kj}$ = IDEPE da escola k projetado para 2009, na série j
 - $IDEP_{REF08}^{kj}$ = IDEPE de referência da escola k, na série j, para 2008
2. Com o objetivo de diminuir no cálculo das metas escolares o efeito de fatores aleatórios no desempenho da escola em 2008, tomou-se para o cálculo do IDEPE de referência a média das proficiências alcançadas em 2005 e 2008 e a média das taxas de aprovação em 2005 e 2008, com o limite inferior de 50%.

²⁵ MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e.

$$\text{IDEPE}_{\text{REF08}}^{\text{kij}} = (\text{IDEPE}_{2008}^{\text{kij}} + \text{IDEPE}_{2005}^{\text{kij}}) / 2$$

- $\text{IDEPE}_{\text{REF08}}^{\text{kij}}$ = IDEPE de referência da escola k , na disciplina i, série j, para 2008
- $\text{IDEPE}_{2008}^{\text{kij}}$ = IDEPE da escola k, em 2008, na disciplina i, série j
- $\text{IDEPE}_{2005}^{\text{kij}}$ = IDEPE da escola k, em 2005, na disciplina i, série j

Com o objetivo de não penalizar as escolas que alcançaram em 2005 e 2008 os níveis de desempenho mais elevados, propondo-se metas que as obrigariam a realizar um esforço desproporcional comparativamente às demais, foi estabelecido um valor máximo para o IDEPE de referência para cada série. O valor fixado corresponde a 3 desvios padrão acima do IDEPE médio das escolas da rede estadual. A tabela a seguir dispõe esses valores.

Série / Ano	IDEPE de referência máximo
4ª série / 5º ano do EF	5,13
8ª série / 9º ano do EF	4,11
3ª série do EM	4,11

Deste modo, as metas para as escolas com o melhor desempenho nas edições anteriores do SAEPE foram fixadas tomando como ponto de partida um IDEPE de referência limitado ao valor máximo acima apresentado. Apenas 17 escolas tiveram em 2005 e 2008 um desempenho superior ao valor máximo estabelecido para o IDEPE de referência em uma das séries avaliadas.

3. Para o cálculo do IDEPE projetado para 2009 ($\text{IDEPE}_{\text{PROJ09}}$), foi utilizado o seguinte método.
 - a. Foram calculados os tempos de convergência para um IDEPE= 9,9, referente ao conjunto das escolas pernambucanas, nas três séries e duas disciplinas, de modo que, respectivamente, em 2021, 2025 e 2028, a 4ª série, 8ª série e 3ª série do ensino médio alcancem um IDEPE= 6,0. Os tempos de convergência estimados foram de 69, 80 e 95 anos. Para este cálculo utilizou-se um modelo logístico, semelhante ao que serviu de base às projeções do IDEB.

- b. Estimado os tempos de convergência, foram calculados, para cada escola, série e disciplina, os esforços necessários para que nestes intervalos fosse alcançado um IDEPE= 9,9. Utilizou-se a mesma modelagem baseada em uma função logística.
- c. Calculados os esforços de cada escola, foi projetado o IDEPE 2009 para cada série e disciplina, tomando como ponto de partida o IDEPE de referência e um ano de variação, conforme o modelo logístico utilizado.
- d. Foram, por fim, calculados os IDEPE 2009 de cada série e escola.

2. O Cálculo do BDE das escolas para 2010

4. Para o cálculo do percentual da meta realizado pela escola, em cada série avaliada, tomou-se como base o progresso verificado no desempenho da escola em 2009, considerando-se como ponto de partida o IDEPE de referência. O IDEPE em 2009 foi calculado utilizando-se a proficiência média do alunado medida pelo SAEPE e a taxa de aprovação aferida pelo Censo Escolar.

$$\text{PROGR}^{kj} = \text{IDEPE}_{2009}^{kj} - \text{IDEPE}_{\text{REF08}}^{kj}$$

- PROGR^{kj} = Progresso realizado pela escola k, na série j.
 - IDEPE_{2009}^{kj} = IDEPE da escola k, na série j, em 2009.
 - $\text{IDEPE}_{\text{REF08}}^{kj}$ = IDEPE de referência da escola k, na série j, para 2008
5. O progresso global da escola, em 2009, foi calculado como a média do progresso verificado nas séries oferecidas pela unidade de ensino, ponderada pelo número de alunos avaliados em cada uma dessas séries. Nos casos em que a escola apresentou em 2009 um resultado inferior ao IDEPE de referência, o progresso observado foi fixado em zero. O mesmo procedimento foi utilizado para a meta global, calculada como a média ponderada das metas pactuadas com a escola para as três séries avaliadas.

$$\text{PROG}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}} = (\sum_j \text{PROGR}^{\text{Kj}} * \text{ALUNOS}^{\text{Kj}}) / \text{ALUNOS}_{\text{total}}^{\text{K}}$$

$\text{PROG}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}}$ = Progresso global da escola k
 $\text{ALUNOS}^{\text{Kj}}$ = Alunos da escola k avaliados na série j

$$\text{META}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}} = (\sum_j \text{META}^{\text{Kj}} * \text{ALUNOS}^{\text{Kj}}) / \text{ALUNOS}_{\text{total}}^{\text{K}}$$

$\text{META}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}}$ = Meta global da escola k

6. O percentual da meta realizado pela escola pode, então, ser calculado como a fração da meta global correspondente ao progresso realizado pela escola nas três séries avaliadas. Conforme estabelece a legislação que criou o BDE, o bônus será devido quando este percentual é superior a 50%, até o limite de 100%.

BDE^K = 0 se $(\text{PROG}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}} * 100) / \text{META}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}} \leq 50\%$
BDE^K = $(\text{PROG}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}} * 100) / \text{META}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}}$ se $\geq 50\%$ e < 100
BDE^K = 100% se $(\text{PROG}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}} * 100) / \text{META}_{\text{GLOBAL}}^{\text{K}} \geq 100\%$

BDE^{K} = BDE devido à escola k

Anexo 02: Roteiros de Entrevista

Entrevista 01

Técnica da Regional (área - Língua Portuguesa)

- 1) Há quanto tempo você trabalha na Regional?
- 2) O PAJP quando da sua implantação dispôs de coordenador na regional?
- 3) Ele recebia pela coordenação do projeto?
- 4) Atualmente existe coordenador do projeto na regional?
- 5) O Educador de Apoio, qual a função dele no projeto?
- 6) Quem participou da elaboração do Material de Apoio ao Projeto?
- 7) Mas, como foi elaborado o material?
- 8) Quais os Pontos Positivos dessas formações e do monitoramento?
- 9) Quais os pontos negativos?
- 10) Quais os pontos positivos?

Entrevista 02

Diretor de Escola

(Identificação do respondente: Nome; Idade; há quanto tempo trabalha no magistério; se sempre trabalhou com MAGISTÉRIO).

- 1) Qual o seu nível de formação? Graduação; Especialização; Mestrado; Doutorado; Pós Doctor?
- 2) Qual a sua área de Formação Acadêmica?
- 3) Em que Instituição você fez o seu curso? Há quanto Tempo?
- 4) Você está em direção de escola há quanto tempo?
- 5) A escola participou em 2009 do projeto Ampliação da Jornada Pedagógica?
- 6) Em sua opinião o projeto contribuiu para melhorar a aprendizagem dos estudantes?
- 7) Como foi a participação dos estudantes no projeto?
- 8) Houve envolvimento dos professores; do educador de apoio; e do responsável pela biblioteca no projeto?

- 9) Como eram planejadas as atividades vivenciadas no projeto?
- 10) A escola disponibilizou material didático para dinamizar as aulas de reforço? Quais? E a GRE Quais?
- 11) Você tem conhecimento das avaliações que são realizadas anualmente nas escolas das redes públicas?
- 12) Você acha que o SAEPE realizado anualmente é importante para os estudantes? Por quê?
- 13) Durante a vivência do projeto os estudantes foram avaliados? Como? Que tipo de instrumentos vocês utilizaram? E a GRE como acompanhou/avaliou?
- 14) Quais as dificuldades encontradas para vivenciar o projeto?
- 15) Em sua opinião o projeto provocou mudanças nos resultados e nos indicadores da escola? Por quê?

Entrevista 03

Educador de Apoio nas escolas

(Identificação do respondente: Nome; Idade; há quanto tempo trabalha no magistério; se sempre trabalhou com MAGISTÉRIO)

1. Qual o seu nível de formação? Graduação; Especialização; Mestrado; Doutorado; Pós Doctor?
2. Qual a sua área de Formação Acadêmica?
3. Em que Instituição você fez o seu curso? Há quanto Tempo?
4. A escola participou em 2009 do projeto Ampliação da Jornada Pedagógica?
5. Em sua opinião o projeto contribui para melhorar a aprendizagem dos estudantes?
6. Foi possível identificar a participação, aceitação dos estudantes no projeto?
7. Houve envolvimento dos professores; da direção; e do responsável pela biblioteca? Você considera esse envolvimento importante? Por quê?
8. Como eram planejadas as atividades vivenciadas no projeto?

9. A escola disponibilizou material didático para dinamizar as aulas de reforço? Quais? E a GRE Quais?
10. Você tem conhecimento das avaliações que são realizadas anualmente nas escolas das redes públicas?
11. Você acha que o SAEPE realizado anualmente é importante para os estudantes? Por quê?
12. Durante a vivência do projeto os estudantes foram avaliados? Como? Que tipo de instrumentos vocês utilizaram? E a GRE como acompanhou/avaliou?
13. Quais as dificuldades encontradas para vivenciar o projeto?
14. Em sua opinião o projeto provocou mudanças nos resultados e nos indicadores da escola? Por quê?

Entrevista 04

Gestor da GRE (Gerência Regional de Ensino)

(Identificação do respondente: Nome; Idade; há quanto tempo trabalha no magistério; se sempre trabalhou com MAGISTÉRIO)

1. Qual o seu nível de formação? Graduação; Especialização; Mestrado; Doutorado; Pós Doctor?
2. Qual a sua área de Formação Acadêmica?
3. Em que Instituição você fez o seu curso? Há quanto Tempo?
4. Você está em direção da GRE há quanto tempo?
5. Qual a origem do projeto Ampliação da Jornada Pedagógica na GRE?
6. Em sua opinião o projeto contribuiu para melhorar a aprendizagem dos estudantes?
7. Houve envolvimento dos técnicos; da direção da escola; do educador de apoio; e do responsável pela biblioteca no projeto?
8. Como foi a participação dos estudantes no projeto?
9. A GRE disponibilizou materiais didáticos para dinamizar as aulas de reforço? Quais?
10. Você acha que o SAEPE realizado anualmente é importante para os estudantes? Por quê?
11. Como se deu o monitoramento do projeto pela GRE?

12. Quais as dificuldades encontradas para vivenciar o projeto?
13. Em sua opinião o projeto provocou mudanças nos resultados e nos indicadores das escolas a da GRE? Por quê?

Entrevista 05

Professores nas escolas

(Identificação do respondente: Nome; Idade; há quanto tempo trabalha no magistério; se sempre trabalhou com MAGISTÉRIO)

1. Qual o seu nível de formação? Graduação; Especialização; Mestrado; Doutorado; Pós Doctor?
2. Qual a sua área de Formação Acadêmica?
3. Em que Instituição você fez o seu curso? Há quanto Tempo?
4. A escola participou em 2009 do projeto Ampliação da Jornada Pedagógica?
5. Em sua opinião esse tipo de projeto contribui para melhorar a aprendizagem dos estudantes?
6. Foi possível identificar a participação, aceitação dos estudantes no projeto?
7. Houve envolvimento da Direção; do educador de apoio; e do responsável pela biblioteca no projeto?
8. Como eram planejadas as atividades vivenciadas no projeto?
9. Você utilizou material didático para dinamizar as aulas de reforço? Quais?
10. Você tem conhecimento das avaliações que são realizadas anualmente nas escolas das redes públicas?
11. Você acha que o SAEPE realizado anualmente é importante para os estudantes? Por quê?
12. Durante a vivência do projeto os estudantes foram avaliados? Como? Que tipo de instrumentos você utilizou? E a GRE como acompanhou/ Avaliou?
13. Quais as dificuldades encontradas para vivenciar o projeto?

14. Em sua opinião o projeto provocou mudanças nos resultados e nos indicadores da escola?

Anexo 03: Cadernos de Atividades da Língua Portuguesa

Para melhor utilização do Caderno de Atividades, o professor deverá elaborar um plano de aula para o ensino de Língua Portuguesa, observando os elementos a seguir propostos:

1. Escolher os descritores que serão trabalhados na aula, contemplando leitura e compreensão textual, análise lingüística e produção de textos.

2. Identificar as competências/habilidades de cada descritor e os respectivos conteúdos que devem ser trabalhados

3. Relacionar conceitos envolvidos e promover um ensino que oportunize a aprendizagem das estratégias de leitura, necessárias para atingir a competência/habilidade do descritor desse eixo.

4. Propor a produção de texto, com espaço para o aluno planejar seu texto, escrevê-lo, revisá-lo e proceder à reescrita, se necessário, contemplando as competências/habilidades que devem ser construídas no descritor selecionado desse eixo de ensino.

5. Promover situações de utilização do Caderno de Atividades, contemplando-os junto aos aprendizes, com a possibilidade da construção de diferentes estratégias de leitura e produção de textos.

6. Promover, ao final da aula de ampliação de aprendizagem, um espaço para revisão conceitual através de memorial e de perguntas aos estudantes sobre as competências/habilidades dos descritores, que foram percebidos naquela aula.

Anexo 04: Cadernos de Atividades da Matemática

1. *O professor propõe uma situação problema para a classe. Essa situação deve ser apresentada aos alunos e, trabalhando individualmente ou em grupos, eles devem tentar resolvê-la. Nesse passo, o professor deve auxiliar os alunos e orientar a respeito de como resolver a situação problema, mas sem lhes indicar caminhos ou possíveis soluções. Em alguns casos, essa situação problema é apresentada sob a forma de uma “Ficha do Aluno”.*
2. *Para resolver a situação problema, os alunos devem mobilizar seus conhecimentos prévios sobre o conteúdo que se quer ensinar. Não importa, nesse momento, que o aluno individualmente ou participando em grupos chegue a respostas corretas para as situações problema. O importante é que, ao se reunir para discutir a situação, os alunos tentem chegar a uma forma própria de resolver o problema. Nos pequenos grupos, em duplas ou individualmente, será possível que eles se auxiliem até chegar a uma solução para o problema.*
3. *Feito isso, o professor promove o momento da socialização dos grupos: cada grupo ou dupla expõe os resultados a que chegou e explica como resolveu o problema. Nesse momento, você, professor, terá um quadro bastante significativo das dificuldades da classe, conhecerá o que eles já sabem e o que você precisará ensinar. Essa socialização deve permitir também que uns grupos aprendam com os outros: ao compararem suas estratégias de resolução dos problemas, aqueles alunos que tiverem tido algum tipo de dificuldade poderão vislumbrar novas maneiras de resolver o problema proposto.*
4. *A aula prossegue com suas intervenções: detectadas as dificuldades de aprendizagem da classe, é o momento em que você explicará aos alunos os meios para resolver esses problemas.*
5. *A aula se encerra com a “colocação em comum” de todas as conclusões sobre o problema, formuladas pelos próprios alunos, após suas intervenções. Esse registro dos grupos lhe mostrará o que os alunos conseguiram conquistar como aprendizagem.*

Anexo 05: Quadro IDEPE das Escolas da Regional do Alto Pajeú – período de 2008 a 2012

Escola	IDEPE														
	IDEPE 2008			IDEPE 2009			IDEPE 2010			IDEPE 2011			IDEPE 2012		
	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM
Col Normal Est de Afogados da Ingazeira	4,33	3,45	3,21	3,97	3,99	3,64	4,20	3,79	3,80	5,60	3,74	3,23	-	3,83	3,61
Esc Conego João Leite Gonçalves de Andrade	4,62	3,43	3,06	4,40	3,39	3,63	4,65	3,74	3,19	5,08	3,52	3,36	-	4,14	2,78
Esc. Padre Carlos Cottart	3,04	2,00		3,49	3,19	3,23		3,57		4,71	3,46	3,51	-	4,24	3,89
Esc. Monsenhor Antônio de Pádua Santos		2,43	2,44		2,76	3,32			3,22	-	-	4,63	-	-	4,71
José Severino de Araújo	4,52		2,87			3,30		3,15	3,40	-	-	3,75	5,51	3,92	3,33
Antonio Gomes de Lima	3,92	3,06	3,14	4,35	4,59	3,06	4,76	4,36	3,42	-	4,27	3,85	-	4,52	3,93
Esc. João Gomes dos Reis	4,68	2,92	2,91	4,56	4,39	3,31	5,14	3,48	3,23	5,01	4,53	3,22	-	4,35	3,25
Esc. de Referencia Em Ensino Médio Joaquim Mendes da Silva			2,90			3,62			4,59	-	-	4,80	-	-	4,95
Esc. Aires Gama	5,10		2,38	3,79		3,01	4,48	3,72	2,85	5,40	-	2,95	-	-	4,20
Esc. Dario Gomes de Lima		2,12	2,88		4,77	4,71		5,21	5,14	-	3,78	4,33	-	3,33	3,72
Esc. Pedro Santos Estima		3,25	2,87		4,54	3,36		5,62	3,12	5,11	4,56	2,79	5,09	4,94	3,47
Esc. Estadual Joaquim Alves de Freitas		3,02	3,13		3,37	2,98		4,38	3,55	-	3,76	3,21	5,03	4,51	3,68
Esc. Profa Rosete B de Souza	3,87	2,90	2,90	3,41	3,33	3,33	4,07	3,83	3,35	5,93	3,56	3,08	4,44	3,60	3,72
Esc. Aristaque Jose de Veras	3,20	2,71	3,09	3,20	2,62	2,77		3,46	3,65	5,33	3,87	3,97	-	4,44	4,09
Esc. Teresa Torres		2,54	3,09		2,99	3,54		3,25	3,07	-	3,48	3,59	-	3,88	3,59
Esc. Tome Francisco da Silva	6,14	4,92	4,62	6,38	4,59	5,54	6,41	4,95	5,15	7,42	5,29	5,03	7,97	5,24	5,32
Esc. Solidonio Pereira de Carvalho		4,56	3,73		3,81	3,94		4,70	3,97	-	4,93	4,64	-	4,98	4,52
Esc. Santa Cruz	3,48	3,53	3,58	3,99	3,50	3,79		3,77	3,24	4,27	4,04	3,81	-	4,49	4,04
Esc. Regina Pacis	5,36	3,77	3,27	5,89	4,42	3,50	5,36	5,08	3,72	6,19	4,64	3,60	-	4,77	4,40
Esc. Santa Terezinha	3,48	3,48	3,06	4,30	3,78	3,42	4,10	3,43	3,39	4,79	3,86	3,35	-	4,30	3,85
Esc. Edson Simoes	4,39	2,41	2,88	4,68	2,51	3,10	4,61	3,15	3,03	5,26	3,17	2,44	5,58	3,66	2,73
Esc. Oliveira Lima	3,89	3,45	3,47		3,96	3,73			4,05	-	-	4,43	-	-	5,10
Esc. Prof Sebastião Ferreira Rabelo Sobrinho	3,80	3,67	3,57	4,11	2,98	2,65	3,67	3,45	3,17	4,85	3,76	3,66	4,39	3,77	2,92
Esc. Máxima Vieira De Melo	4,57	3,47	3,61	5,55	4,57	3,39	4,28	5,26	3,76	-	4,60	4,01	-	5,65	3,88
Esc. São José	3,12	2,97		3,17	3,66		4,84	6,01		4,32	4,48	-	4,37	5,20	-
Esc. Methodio de Godoy Lima	3,40	2,58	2,21	4,40	3,16	2,68	4,66	3,50	2,54	4,42	3,65	2,88	4,62	3,74	3,21
Esc. Antonio Timóteo	3,76	3,52	2,43	3,67	3,44	3,11	4,01	3,17	2,85	-	3,36	3,02	5,35	3,42	3,14
Esc. Cornélio Soares Ens Fund E Medio		3,01	2,70		3,55	3,43		4,44	2,91	-	4,56	3,65	-	4,18	3,95
Esc. Irma Elizabeth Ens.Fund. E Medio	3,65	3,47	2,83	4,79	3,70	3,20	5,30	3,88	3,22	5,58	3,80	3,26	5,20	3,66	3,48
Esc. Prof Tibúrcio Valeriano Gomes Lima	2,63	2,80		3,85	4,48		4,30	3,74							
Esc. Ana Ribeiro	3,42			3,16			3,59								
Esc. Manoel Pereira Lins	6,33	4,10	2,96	5,63	5,77	4,05		5,55	3,75	6,00	4,52	3,70	6,19	4,94	3,56
Esc. Solidonio Leite	3,88	3,71	2,89	4,87	4,35	2,91	4,52	4,04	3,11	5,24	4,43	3,35	-	4,74	3,52

Escola	IDEPE														
	IDEPE 2008			IDEPE 2009			IDEPE 2010			IDEPE 2011			IDEPE 2012		
	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM	5EF	9EF	3EM
Esc. Irnerio Ignacio-Ensino Fundamental e Médio	4,50	3,74	2,79	4,24	4,34	3,58	4,19	4,35	3,23	4,43	4,20	3,09	4,93	3,84	3,56
Esc. de Referencia em Ensino Medio Prof Aduino Carvalho			5,44			5,55			4,96	-	-	5,36	-	-	5,28
Esc. N S de Lourdes Ens Fundamental e Medio		3,02	3,56		3,66	3,75		3,92	3,59	-	4,27	4,01	-	3,66	4,16
Esc. Arnaldo Alves Cavalcanti Ensino Fundamental e Médio	4,39	1,89	2,71	4,27	2,90	2,77	3,88	2,74	2,75	5,21	3,41	3,35	4,87	3,50	3,63
Esc. Pedro Pires Ferreira	3,50	3,99	3,97	4,59	3,12	3,77	4,42	3,91	3,67	4,66	3,72	4,27	5,62	3,73	3,52
Esc. Professora Carlota Breckenfeld	4,14	2,61	3,14	5,13	4,17	3,52	4,72	4,78	3,51	-	4,84	3,95	7,44	4,85	4,97
Esc. Monsenhor Luiz Sampaio	4,58	4,71	4,33	4,72	4,15	3,93	4,91	4,22	3,48	6,26	4,59	3,85	-	4,61	4,07
Esc. São Vicente De Paulo	4,33	4,29			4,36		2,53	3,85		-	4,12	-	-	5,11	-
Esc. Alfredo de Carvalho	5,07	3,40	3,30		4,23	4,21			3,67	-	-	5,35	-	-	5,22
Esc. Conego Olimpio Torres		3,71	3,43		4,04	3,29		4,77	3,85	-	5,32	4,61	-	5,14	4,68
Esc. Ernesto de Souza Leite	5,16	3,53	3,63	4,83	3,89	3,33	5,23	4,34	3,59	6,82	5,23	4,65	6,02	5,21	3,88

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.